



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CÂMPUS CARAÚBAS
CURSO BACHARELADO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ÍCARO LEONNARD ALVES FERREIRA

**ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO MUNICÍPIO DE UMARIZAL/RN**

CARAÚBAS/RN

2016

ÍCARO LEONNARD ALVES FERREIRA

**ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO MUNICÍPIO DE UMARIZAL/RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA, Campus Caraúbas, para a obtenção do Título de Bacharel em Ciência e Tecnologia.

Orientador: Prof. M.Sc. Fabiano da Costa Dantas - UFERSA.

CARAÚBAS/RN

2016

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

F383a Ferreira, Ícaro Leonnard Alves.

Análise dos Impactos Socioeconômicos do Programa Bolsa Família nas Famílias Beneficiadas do Município de Umarizal/RN / Ícaro Leonnard Alves Ferreira. - 2016.

89 f. : il.

Orientador: Fabiano da Costa Dantas. Monografia (graduação) - Universidade Federal

Rural do Semi-árido, Curso de Ciência e Tecnologia, 2016.

1. Desigualdade Social. 2. Pobreza. 3. Transferência de Renda. 4. Programa Bolsa Família.

I. Dantas, Fabiano da Costa, orient. II. Título.

ÍCARO LEONNARD ALVES FERREIRA

**ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO MUNICÍPIO DE UMARIZAL/RN**

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA,
Campus Caraúbas, para a obtenção do
Título de Bacharel em Ciência e
Tecnologia.

APROVADA EM: 20 / 05 / 2016

BANCA EXAMINADORA



Prof. M.Sc. Fabiano da Costa Dantas - UFERSA.
Presidente



Prof.ª Dr.Sc. Mara Betânia Jales dos Santos - UFERSA
Primeiro Membro



Prof. M.Sc. Roberto Pereira Veras - UFERSA
Segundo Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que pela sua misericórdia e amor, nos concede a oportunidade de ter uma vida, e sermos agraciados com bênçãos e sabedoria, a qual sem, nada conseguiria realizar, pois, como está escrito: “Se por p do graças”. Então este trabalho, meu senhor, é um presente dado por ti, e te rendo graças. Obrigado alavras, se por obras, se por ações fazei tudo em nome do Senhor e renden Senhor!

Aos meus pais, por toda minha formação humana e educacional, pelo apoio e incentivo durante a realização deste trabalho e durante todos os anos de estudo e, principalmente, pelo amor incondicional, por meio do qual enfrentamos muitas batalhas juntos até aqui.

À minha irmã Ianne Larisse, que me faz diariamente ter foco para alcançar os meus objetivos.

Ao Prof. Fabiano, por sua sabedoria durante o processo de orientação, sempre aconselhando, me pontuando e sendo um amigo, o que proporcionou o bom desenvolvimento deste trabalho.

A Vanilson, por seu auxílio quanto à questão ortográfica e desenvolvimento textual.

À minha irmã de coração Fátima Lemos, que é uma pessoa adorável e uma verdadeira amiga, que me ajudou na questão ortográfica e desenvolvimento textual e sempre me deu força quando estava fraco.

À Gabi outro anjo que Deus colocou na minha vida, que faz os momentos difíceis serem agradáveis.

A Eliezer e família, posso dizer que amigo melhor na vida, não encontrarei, sempre me recepcionando em sua casa, me dando acolhida, e principalmente me tratando como um filho, obrigado.

À Fernanda, minha prima linda, a qual tenho uma enorme admiração, agradeço por me dá força e incentivo sempre, por me ajudar na tradução do meu resumo, obrigado! Te amo, prima.

E a todos os colegas e amigos que fazem parte da minha vida, que auxiliaram na construção do ser que eu sou hoje, em especial Felipe e Sales Neto, grandes parceiros.

RESUMO

No decorrer da evolução histórica, a sociedade passou por alterações em sua estrutura, que provocaram distorções no sistema econômico e social, evidenciando a má distribuição da riqueza e o seu acúmulo. Com o processo de colonização, as riquezas e bens naturais foram usurpados, gerando para as décadas futuras sequelas, como a pobreza e miséria. Diante disso, tornou-se necessária a criação de políticas econômicas, sociais, estruturais e de cunho compensatório, que reduzam os feitos negativos da desigualdade e pobreza, destacando-se, entre estas, as políticas de transferência de renda direta. Desta forma, em 2003 cria-se o Bolsa Família, programa de transferência de renda direta condicionada, ganhando representatividade em todo país. Mediante tal repercussão, o PBF torna-se objeto de estudo deste trabalho, na perspectiva de analisar os impactos socioeconômicos do Bolsa Famílias nas famílias beneficiadas em Umarizal/RN. Como procedimentos metodológicos foram utilizados: uma pesquisa bibliográfica e documental abrangendo várias obras relacionadas à evolução das políticas públicas. Também foi utilizada a pesquisa de campo, que forneceu dados preciosos para análise e elaboração deste estudo. O PBF proporcionou um aumento 54,85% sobre a renda média das famílias beneficiadas. Também promoveu uma redução de 30% na quantidade de famílias sem renda em Umarizal, a proporcionar dessa maneira, 97% de satisfação por parte da atuação do programa no município. Assim, constata-se que o PBF tem uma grande participação nas finanças das famílias beneficiadas, proporcionando uma evolução no nível socioeconômico. Contudo, mesmo com os bons resultados obtidos, o PBF precisa de uma política social articulada com a econômica, criando mecanismos capazes de viabilizar a emancipação socioeconômica das famílias cadastradas.

Palavras-Chaves: Pobreza. Desigualdade Social. Bolsa Família

ABSTRACT

During the historical evolution, society changed its structure, which caused distortions in the economic and social system that highlighted the maldistribution of wealth and its accumulation. When colonization process started, the natural and property wealth were usurped, creating for future decades sequels such as poverty and misery. That is why it was necessary to create an economic, social, structural and compensatory nature politics to reduce the negative events of inequality and poverty, mainly, transfer policies of direct income. Thus, in 2003 it was created the PBF (*Bolsa Família* program), transfer program of conditional direct income, getting representation in all country. Due to this repercussion, PBF becomes subject of this job, aiming to analyze socio-economic impacts of *Bolsa Família* in families that make use of this program in Umarizal/RN. As methodological procedures, we used a bibliographical and documentary research covering several facts related to the development of public policies. It was also used field research, which provided valuable data for analysis and preparation of this study. PBF provided 54.85% of increase in the average income of the benefited families. It also promoted reduction of 30% in the amount of no-income families in Umarizal, providing 97% of satisfaction, considering the program performance. In resume, we can see that PBF is in charge for a big part of the finances in the families benefit in the program that results in an increase of socioeconomic status. However, even with the good results obtained, PBF needs a coordinated social policy with the economic, creating mechanisms to facilitate the socio-economic empowerment of the registered families.

Key Words: Poverty. Social inequality. Bolsa Família

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Contínua
BSM – Brasil Sem Miséria
BSP – Benefício para a Superação da Extrema Pobreza
BVJ – Benefício Variável Jovem
CADÚNICO – Cadastro Único dos Programas Sociais
CEF – Caixa Econômica Federal
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGD – Índice de Gestão Descentralizada
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MS – Ministério da Saúde
PBF – Programa Bolsa Família
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFZ – Programa Fome Zero
PIB – Produto Interno Bruto
PNAA – Programa Nacional de Acesso a Alimentação
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SENARC – Secretária Nacional de Renda e Cidadania
SIBEC – Sistema de benefício ao Cidadão
SUAS – Sistema Único da Assistência Social
TCR – Transferência Condicionada de Renda
WWP – *World Without Poverty*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Benefícios financeiros dos programas remanescentes.....	31
Quadro 2 - PBF - Critérios de elegibilidade.....	33
Quadro 3 - Composição de benefícios financeiros do PBF.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gasto Social Federal no período de 2000 a 2011.....	27
Gráfico 2 – Taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental – Brasil e Nordeste (2012).....	38
Gráfico 3 – Taxa de abandono escolar no Ensino Médio – Brasil e Nordeste (2012).	39
Gráfico 4 – Número de crianças beneficiárias do PBF, acompanhadas, com vacinação em dia e com dados nutricionais coletados – Brasil (2006-2015).	40
Gráfico 5 – Número de gestantes beneficiárias do PBF, acompanhadas e com pré-natal em dia – Brasil (2006-2015).	41
Gráfico 6 – Número de crianças e adolescentes (6 a 17 anos) beneficiárias do PBF, acompanhados, com descumprimento de condicionalidade de educação – Brasil (2015).....	43
Gráfico 7 – Número de famílias beneficiárias do PBF, acompanhadas, com descumprimento de condicionalidade de saúde – Brasil (2010-2015).	44
Gráfico 8 – Regiões: Número de famílias beneficiárias do PBF (2004-2015).	45
Gráfico 9 – Brasil: distribuição espacial por região geográfica das famílias beneficiadas pelo PBF (2015).	46
Gráfico 10 – Região Nordeste: total de famílias residentes x total de famílias atendidas pelo PBF (2015).	47
Gráfico 11 – Brasil e Nordeste: Índice de Gini (2007-2014).	48
Gráfico 12 – Produto Interno Bruto (PIB) de Umarizal/RN (2013).	52
Gráfico 13 – Grau de escolaridade do responsável familiar - Umarizal/RN (2016). ..	58
Gráfico 14 – Situação no mercado de trabalho do Responsável Familiar - Umarizal/RN (2016).	59
Gráfico 15 – Situação do domicílio da família - Umarizal/RN (2016).....	60
Gráfico 16 – Quantidade de pessoas residentes por domicílio - Umarizal/RN (2016).	60
Gráfico 17 – Quantidade de filhos dependes da renda x crianças/adolescentes e jovens em idade escolar - Umarizal/RN (2016).	61
Gráfico 18 – Faixa etária das crianças/adolescentes e/ou jovens inscritos no PBF - Umarizal/RN (2016).....	62

Gráfico 19 – Grau de escolaridade das crianças/adolescentes e/ou jovens inscritos no PBF - Umarizal/RN (2016).....	63
Gráfico 20 – Quantidade de domicílios com crianças de 0-7 anos (em idade de vacinação) - Umarizal/RN (2016).	64
Gráfico 21 – Quantidade de gestantes por domicílios - Umarizal/RN (2016).	65
Gráfico 22 – Quantidade de famílias participantes de outro programa social - Umarizal/RN (2016).....	66
Gráfico 23 – Quantidade de pessoas em situação de trabalho no domicílio - Umarizal/RN (2016).....	67
Gráfico 24 – Nível de renda das famílias – sem o valor do benefício do Bolsa Família (em R\$) - Umarizal/RN (2016).....	68
Gráfico 25 – Valor recebido do Bolsa Família (em R\$) - Umarizal/RN (2016).....	70
Gráfico 26 – Nível de renda das famílias – com o valor do benefício do Bolsa Família (em R\$) - Umarizal/RN (2016).....	71
Gráfico 27 – Nível de renda das famílias beneficiadas – com PBF x sem PBF (em R\$) – Umarizal/RN (2016).....	72
Gráfico 28 – Renda média das Famílias (em R\$) - com PBF e sem PBF - Umarizal/RN (2016).....	73
Gráfico 29 – Consumo das famílias beneficiadas pelo PBF - Umarizal/RN (2016)...	74

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS	13
1.1.1. Objetivo Geral.....	13
1.1.2 Objetivos Específicos	13
1.2 PROBLEMA.....	14
1.3 HIPÓTESE	14
1.4 JUSTIFICATIVA	15
2 DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO BRASIL.....	16
2.1 A DESIGUALDADE SOCIAL E A POBREZA	16
2.2. HISTÓRICO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO BRASIL.....	19
2.3. ESTADO DE BEM-ESTAR	21
2.4 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO BRASIL	25
3 POLÍTICAS PÚBLICAS ASSISTENCIALISTAS E O BOLSA FAMÍLIA	30
3.1. PÚBLICO-ALVO DO BOLSA FAMÍLIA.....	33
3.2. AS CONDICIONALIDADES DO BOLSA FAMÍLIA.....	36
3.2.1. Condicionalidades da Educação	37
3.2.2. Condicionalidades da Saúde.....	40
3.2.3. Descumprimentos de Condicionalidades	42
3.3. BOLSA FAMÍLIA NO NORDESTE	45
3.4 IGD: IMPLEMENTADOR DA POLÍTICA DO BOLSA FAMÍLIA.....	49
4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UMARIZAL/RN.....	51
5 METODOLOGIA	54
5. 1. OS MÉTODOS DE ABORDAGEM E DE PROCEDIMENTO	54
5. 2. A NATUREZA DA PESQUISA	54
5. 3. OS MEIOS E OS FINS	55
5. 4. INSTRUMENTOS DA PESQUISA	55
6 OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE UMARIZAL/RN.	57
6.1. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF. ...	57
6.2. CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF.	67

7 CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS.....	78
APÊNDICE I.....	86

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da evolução histórica, a sociedade passou por alterações em sua estrutura, que proporcionaram distorções no sistema econômico, provocando a necessidade de um órgão interventor que constituísse uma sociedade igualitária, ou, ao menos, corrigisse os erros e distorções provocados pelo mercado. Dessa forma, a intervenção do Estado na economia dá-se por meio de políticas públicas, ou seja, por um conjunto de ações coletivas que visam garantir os direitos sociais, configurando um compromisso público que objetiva dar conta de determinada demanda, em diversas áreas, corrigindo assim externalidades negativas, geradas pelas atividades de produção e/ou consumo exercidas por um agente econômico e que atingem os demais agentes, que o setor privado não é capaz de corrigir (SOARES, 1985).

A Teoria do Bem-Estar Econômico, focaliza os elementos que proporcionam maiores níveis de comodidade econômica e satisfação individual ou coletiva. O bem-estar econômico de um indivíduo ou de uma comunidade é determinado pela capacidade de acesso a bens, serviços e oportunidades econômicas geradas por atividades sustentáveis nos âmbitos ambiental e social, as quais dependem de algumas variáveis, que podem ser agrupadas em quatro dimensões: fluxos de consumo pessoal; estoques de riqueza; distribuição de renda e seguridade econômica (VIDIGAL; KASSOUF e VIDIGAL, 2011).

Dessa forma o nível de bem-estar da sociedade torna-se uma das preocupações, na formulação de políticas públicas, em suas diferentes esferas. O nível de bem-estar econômico não está sujeito apenas à satisfação individual e no momento presente, mas também à satisfação de toda a sociedade e sua segurança econômica futura. A preocupação com o bem-estar coletivo faz com que políticas que tenham por objetivo a distribuição de renda e a sustentabilidade, destaquem-se, sobretudo devido ao grande efeito sobre toda a sociedade (VIDIGAL; KASSOUF e VIDIGAL, 2011).

Assim, a ação do Estado na implementação de novas políticas públicas é de suma importância, tendo em vista que tais ações garantem aos cidadãos maior bem-estar e melhor conforto. Políticas de caráter assistencialista e de transferência de renda ganham destaque no cenário econômico moderno, destacando-se entre elas, o Programa Bolsa Família (PBF) (ALVES, 2008).

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda, que permite atender a um grande número de famílias que se encontram em vulnerabilidade social no Brasil. Além deste aspecto, o PBF busca integrar outras políticas públicas, como ações de capacitação profissional e de apoio à geração de trabalho e renda, de educação para jovens e adultos, de melhoria do acesso à moradia, dentre outras (ALVES, 2008).

O PBF foi criado em 2003, unificando vários programas de características semelhantes já existentes. Desta forma, o PBF tornou-se uma alternativa de melhoria da situação socioeconômica no Brasil. Logo após a sua implantação, o Bolsa Família começou a proporcionar resultados positivos no combate à pobreza. Sendo que, a concepção adotada para pobreza é de que a mesma apresenta dimensões: histórica, econômica, sócio-política e cultural; sendo, portanto, mais que insuficiência de renda (ALVES, 2008).

O Município de Umarizal - RN, localizado no alto-oeste do estado do Rio Grande do Norte, com população estimada de 10.659 habitantes (IBGE, 2010), é um município interiorano, cuja economia é basicamente agrária e terciária, de caráter informal. A maior parte de sua população vive de benefícios sociais, com grande destaque para o Bolsa Família. Considerando o fato de que o mercado está saturado, principalmente pela não existência de fábricas ou melhores condições de trabalho, a demanda por esse tipo de benefícios é grande.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral

Analisar os impactos socioeconômicos do Programa Bolsa Família nas famílias beneficiadas no município de Umarizal - RN.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Realizar um levantamento do número de famílias beneficiadas com o PBF;
- Enumerar os membros da família beneficiadas pelo PBF;
- Verificar o número de indivíduos que possuem renda dentro da família;

- Identificar e averiguar a composição da renda obtida pelas famílias beneficiadas;
- Analisar e identificar como são gastos os benefícios provenientes do programa;
- Analisar o impacto do programa sobre os níveis educacionais e da saúde;
- Realizar um levantamento dos números de descumprimentos de condicionalidades.

1.2 PROBLEMA

A ação do Estado na formulação de políticas públicas é significativa, tendo em vista que tais ações buscam propiciar aos cidadãos maior bem-estar e nível de conforto. Políticas de caráter assistencialista e de transferência de renda ganham enfoque social e econômico, pois, privilegiam as classes menos favorecidas e financiam serviços de seguridade social. Tais ações conjuntas têm mudado o contexto de vida de inúmeras famílias em todo o país, destacando-se entre elas, o Programa Bolsa Família (ALVES, 2008).

Diante da importância demonstrada pelo Programa Bolsa Família, no cenário, seja por motivos econômicos ou sociais, o assunto tornou-se interessante a ser pesquisado, com a perspectiva de aprofundar os conhecimentos sobre o programa e sua atuação mediante a sociedade umarizalense, sendo proposto a responder a indagação.

O Programa Bolsa Família, como ação governamental de transferência de renda consegue proporcionar melhorias na renda familiar da população de Umarizal – RN, ao ponto de suprir as necessidades básicas? O Bolsa Família possibilita através das suas condicionalidades, garantir a inclusão social e reduzir as desigualdades no município de Umarizal - RN?

1.3 HIPÓTESE

Devido a importância do Programa Bolsa Família, como política de combate da pobreza e da miséria, torna-se alvo de pesquisas. Dessa forma, levanta-se a seguinte hipótese: O Bolsa Família produz impactos positivos sobre as famílias beneficiadas do município de Umarizal/RN.

1.4 JUSTIFICATIVA

Em decorrência do modo de produção atual, o capitalismo, por sua natureza, tende a gerar desigualdades sociais, já que o mesmo não pode corrigir tais problemas; haja vista que o modo de produção capitalista é caracterizado pela concentração de riquezas (HUBERMAN, 1986).

Considerando este fato, existe a necessidade de um agente que terá a função de regular e equilibrar as ações da sociedade, corrigindo os erros provenientes do mercado. Sendo assim, surge o Governo com a função de promover o bem-estar social e regular a sociedade. Nesta ótica, o Estado, através de políticas de caráter social, procura beneficiar todas as classes da sociedade (YASBEH, 2004).

No Brasil, as políticas sociais são implementadas e constituídas em programas assistencialistas, elaborados para o atendimento de pessoas em situação de risco social, ou seja, pessoas que se encontram em estado de pobreza e miséria (ALVES, 2008).

Pela relevância que assume no cenário contemporâneo, sendo alvo de comentários sobre sua atuação dentro da sociedade, surge o interesse de verificar a atuação dessa política com o intuito de corroborar na desmitificação da importância que o Programa Bolsa Família tem exercido sobre as famílias atendidas em Umarizal-RN.

O presente trabalho justifica-se por confrontar o ideal das políticas intervencionistas com a realidade vivida pelas populações receptoras das ações sociais do Governo. Assim sendo, este artigo pretende colaborar e complementar, trabalhos já existentes nesta área, mas que não enfocaram as melhorias na qualidade de vida dos beneficiários do PBF em Umarizal-RN.

2 DESIGUALDADE SOCIAL, POBREZA E TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO BRASIL

2.1 A DESIGUALDADE SOCIAL E A POBREZA

A formação e a construção das sociedades ou comunidades, como eram denominadas à princípio, ocasionaram mudanças no modo de vida das pessoas incorporadas a esse conjunto. Questões como a desigualdade e a pobreza adotaram o seu lugar de destaque na história da humanidade.

Alterações contínuas de ordem econômica e estrutural afetaram a sociedade. Várias correntes de pensamentos surgiram ao longo dos anos, possibilitando a criação de diversas escolas do pensamento econômico, as quais se propunham a explicar como funcionavam as relações de trocas e relações entre as classes socioeconômicas.

A primeira forma organizacional, o feudalismo, foi uma das primeiras formas econômicas organizacionais da sociedade, que predominou durante a Idade Média na Europa. Baseava-se nas relações serviçais, ou seja, relações entre senhor e servo, em que os servos cultivavam as terras do seu senhor em troca de um pedaço de terra para cultivá-lo para a sua subsistência.

Como menciona Huberman (1986), os servos dos domínios estavam ligados à casa do senhor, onde trabalhavam em suas terras durante todo o tempo, não apenas alguns dias na semana. Nesta condição organizacional, haviam camponeses muito pobres, chamados de fronteiriços, que cultivavam pequenas porções de terras de aproximadamente um hectare, próximo a aldeia. E ainda existiam os aldeões, os quais possuíam somente uma cabana, e deviam trabalhar para o senhor, em troca de comida.

Controvérsias são observadas dentro da maneira política existente no feudalismo, pois se concediam terras às pessoas que não cultivavam, mas se apoderavam e faziam delas uma forma de satisfazerem suas vontades através da servidão dos seus subordinados. De forma figurativa, pode-se dizer que a classe dos servos era considerada “escrava”. Contudo, a mesma não era tida como mercadoria, já que ela não poderia ser desmembrada da terra, ou seja, o servo não poderia ser vendido para fora da terra. Ao contrário, deveria permanecer em sua parte de terra,

mudando apenas de dono. Característica esta que possibilita diferenciar a servidão da escravidão (HUBERMAN, 1986).

Dentro deste sistema político, é possível notar as desigualdades sociais, o que acarreta a desigualdade econômica ou de renda, uma vez que a relação de dependência entre as classes é forte ao ponto de um homem tornar-se praticamente o “dono” de outro homem.

A despeito disso, a sociedade continua o seu ciclo de mudanças e as suas formas econômicas ganham mais significância, pois novos pensamentos e ideais surgem para criar uma nova organização político-social e, assim, com o passar dos anos, surge o capitalismo, sistema econômico e político vigente nos dias atuais. O feudalismo denotava uma relação bem intrínseca entre o senhor feudal e o servo. Contudo, o sistema capitalista é quem vai promover uma distorção na equidade social com a sua forma de produção.

No século XVIII, o capitalismo teve um grande crescimento, com a ajuda da industrialização, a qual trouxe consigo a criação de novas práticas de elaboração de mercadorias e novas tecnologias que contribuíram para o crescimento do mercado, dando origem assim às relações entre o capital e o trabalho (HUBERMAN, 1986).

O liberalismo foi outro fator que possibilitou o crescimento e a expansão do capitalismo, pois o mesmo baseava-se na defesa da propriedade privada, no comércio liberal e igualdade perante a lei. A velha sociedade medieval sofreu outra transformação, e com isso o nome de “homem de negócios” era exaltado como virtude, e eram-lhe dadas todas as credenciais, uma vez que ele poderia fazer o bem a toda sociedade (SILVA e SOUSA JUNIOR, 2012).

Com a chegada de tais inovações tecnológicas e pensamentos liberalistas, a linha que separava as classes tornou-se mais acentuada. Segundo Silva e Sousa Junior (2012, p.6):

O homem de negócios era louvado, ou seja, era o sucesso total e citado para todos como modelo para os demais integrantes da sociedade (...). Os pobres serviam única e exclusivamente para trabalhar para seus patrões e tinham que ganhar somente o básico para sua sobrevivência. Eles não podiam melhorar suas condições, pois poderiam não se sujeitar mais ao trabalho para os ricos. A existência do pobre era defendida pelos ricos, pois os ricos são ricos às custas dos pobres, ou seja, para poderem ficar ricos eles precisam dos pobres trabalhando para eles. Assim conclui-se que os pobres não podiam deixar de serem pobres.

Visivelmente é possível denotar a condição de desestruturação social em que vivia o trabalhador no século XVIII. Neste período, o Estado, como defensor da propriedade privada e das questões comerciais, torna-se um Estado voltado somente para o capital e esquecido quanto ao social. Neste sentido, Rouanet (1993, p. 28-29) menciona que:

A crítica de Marx ao 'indivíduo egoísta' das Declarações dos Direitos Humanos não envolve nenhuma crítica aos conceitos de indivíduo em si. Ela é a crítica de uma concepção que vê o indivíduo como simples mônada que se agrega mecanicamente a outras mônadas para compor a sociedade, ignorando o fato de que o indivíduo está sempre inserido no conjunto definido de relações sociais. Na sociedade capitalista, essas relações levam ao declínio do indivíduo e à atrofia de suas potencialidades. Mudar essas relações é libertar o indivíduo. Não se trata, portanto, de dissolver o indivíduo na sociedade, mas de dissolver certa sociedade para emancipar o indivíduo.

Percebe-se que as misérias e as desigualdades são marcas históricas das sociedades, e muitos estudiosos acreditam que a partir do capitalismo, a desigualdade tornou-se mais evidente. Várias teorias apareceram no século XIX formulando críticas à desigualdade social.

Segundo Peet (1975), o marxismo estabelece que a desigualdade é inerente ao capitalismo, onde a mesma se replica inevitavelmente no processo normal das economias capitalistas, não podendo ser eliminada sem causar alterações nos mecanismos deste sistema econômico. Ademais, torna-se parte do sistema capitalista, onde os detentores do poder têm interesses criados em manter a desigualdade social.

Para Marx (1867), a força de trabalho é tratada como mera mercadoria que há de ser comprada por um patrão, a certo valor que supra as necessidades básicas do trabalhador. O mesmo ainda afirmou que formular uma retribuição igual ou equitativa sobre a base do sistema salarial, é o mesmo que se libertar de um sistema fundado na escravidão (PEET, 1975), “o que poderíamos reputar justo ou equitativo não vem ao caso. O problema está em saber: o que é necessário e inevitável dentro de determinado sistema de produção?” (PEET, 1975, p.565).

Portanto, as desigualdades sociais são produto de um conjunto de relações pautadas na propriedade como um fato jurídico, e também político. O poder de dominação é que dá origem a essas desigualdades. Segundo a teoria marxista, a desigualdade é necessária para diversificar a força de trabalho no seu papel na

produção de excedente explorável, onde a mecanização e automatização econômica produzem inevitavelmente desemprego, subemprego e pobreza (PEET, 1975).

De acordo com Peet (1975), a teoria marxista, prediz que o crescimento desregulado do capitalismo, massificara a geração de desempregados e culminará num afastamento generalizado dos operários dos meios mecanizados de produção de riqueza. Fato este que criará as condições indispensáveis para a revolução social.

No entanto, séculos após a estrutura social capitalista ter sido firmada e modelada, o mundo ainda vive sequelas do passado.

2.2. HISTÓRICO DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO BRASIL

O Brasil é um país que foi colonizado com o objetivo de serem explorados os recursos naturais existentes no território, inicialmente o pau-brasil, e depois as nossas riquezas minerais, e não existia a intenção de povoar como ocorreu em outros países. Assim, como afirma Prado Junior (2004, p.23): “A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América”.

O processo de ocupação territorial ocorreu para suprir os interesses do mercado externo, explorando cada vez mais o território desconhecido, em busca de terras férteis. “A concentração fundiária foi decorrente da estrutura produtiva baseada na exploração de cana-de-açúcar voltada para a demanda externa” (COSTA, 2005, p.180).

O desenvolvimento brasileiro adotado, precário e desigual, proporcionava o enriquecimento da classe dominante. A desigualdade e consequentemente a pobreza, sempre presentes no decorrer da história, agravam-se e apresentam-se com novas características a partir do processo de industrialização e com o surgimento do capitalismo.

Costa (2005) comenta que os fatores que interferem nessa situação, estão ligados à ausência de mecanismos de distribuição de rendas mediante uma estrutura tributária progressiva, insuficiência de um amplo processo de reforma agrária, falta de investimento em políticas sociais básicas e democratização do acesso ao poder político.

Deve-se entender a desigualdade social como um fenômeno multidimensional, complexo e variável. Contudo, a desigualdade e a pobreza devem ser relacionadas diretamente com as escolhas políticas e econômicas dos indivíduos.

Para Garcia (2003), o Brasil foi fundado sobre os caminhos da desigualdade, da injustiça, e da exclusão: capitânias hereditárias, latifúndio, Lei de Terras de 1850 proibia o acesso à terra por aqueles que não detinham grandes quantias de dinheiro), escravidão, genocídio de índios, importação subsidiada de trabalhadores europeus miseráveis, autoritarismo e ideologia antipopular e racista das elites nacionais.

Neste sentido, o cenário brasileiro é caracterizado por grandes desigualdades sociais e elevados níveis de pobreza. Pequena parte da população com alto poder aquisitivo convive ao lado de um enorme componente populacional enfrentando privações de produtos básicos, e dispondo de serviços públicos básicos deficitários.

Como mostra Weissheimer (2006, p. 9):

No Brasil, os 10% mais ricos da população são donos de 46% do total de renda nacional, enquanto os 50% mais pobres, aproximadamente 87 milhões de pessoas, ficam com apenas 13,3% do total da renda nacional.

Medeiros (2003) argumenta que o Brasil está entre os países com elevados níveis de desigualdade de renda do mundo. Grande parte dessa elevada desigualdade deve-se às diferenças existentes entre um minoritário grupo formado pelo décimo mais rico da população e as demais pessoas. A altíssima desigualdade presente nesse grupo mostra que os 3% mais ricos da população são responsáveis por determinar um quarto da desigualdade brasileira total.

Contudo, o Brasil não é considerado um país pobre, o que demonstra que a pobreza não reside na escassez de recursos, mas sim, está ligada a histórica concentração de renda do país (MELO, 2013).

A pobreza no Brasil incide de um processo histórico de extrema desigualdade em que se desenvolveu um sistema socioeconômico tipicamente excludente e concentrador, agravando-se à medida que ocorreu o desenvolvimento do sistema capitalista, aliado aos processos de industrialização e de urbanização das cidades. Este último fora impulsionado pelo êxodo rural em que as pessoas, na perspectiva de melhores condições de vida e trabalho, migravam para os centros urbanos (SILVA e SOUSA JUNIOR, 2012).

A pobreza é entendida como privação ou ausência das necessidades básicas, com agravantes variáveis, que impedem o ser, inclusive, de se alimentar (condição primeira para sua sobrevivência), o que lhe denota um estado de indigência. Esta também se materializa na privação de condições materiais e acesso mínimo às políticas de saúde, educação, saneamento, habitação, etc. (GODINHO, 2011).

Sendo assim, a pobreza brasileira é resultado de um processo de desenvolvimento econômico desigual, em que parte da parcela da população não foi oportunizada com benefícios que permitissem desenvolver capacidades e liberdades na realização de direitos universais (HAMASAKI, 2003).

2.3. ESTADO DE BEM-ESTAR

O desenvolvimento de um país inclui não somente o crescimento econômico, mas compreende também aspectos distributivos e outros fatores relativos ao bem-estar da população. A análise de indicadores de bem-estar e desenvolvimento social é de essencial importância, tendo em vista que tais indicadores, apresentam os níveis de discrepância entre as condições de bem-estar social, ao expor índices elevados de pobreza nas populações. Em países em desenvolvimento, observa-se a grande concentração de renda e baixos investimentos em serviços básicos, como: saúde, educação, habitação, segurança e infraestrutura; fatores negativos para o desenvolvimento (MELO, 2013).

Um estado de bem-estar inicia-se junto com o reconhecimento de que perda da capacidade de gerar bem-estar não é um problema individual, mas social. Não tão somente porque as consequências são dificuldades sociais (pobreza, indigência, privações etc.), mas, porque os fatores causadores também são sociais. Em meio às causas, destaca-se o funcionamento normal das economias de mercado em sociedades industriais que, destruindo outras formas de sociabilidade e solidariedade, acarretam riscos sociais próprios (acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, desemprego, instabilidades) (KERSTENETZKY, 2012).

Para alguns autores, como: Titmuss (1963) e Wilensky (1975), políticas de bem-estar ou do *Welfare State* são consequências naturais das mudanças geradas pelo processo industrial. Dessa forma, a aceleração da industrialização teria levado à intervenção do Estado, desenvolvendo políticas sociais, propondo compensar os desequilíbrios sociais gerados pelo crescimento econômico; alinhando uma

correlação entre Estado de bem-estar e programas sociais, dos quais derivariam do excedente econômico criado pela industrialização (MELLO, 2007).

Marshall (1967), em seus estudos, defendia que as políticas sociais eram uma evolução lógica e natural da ordem social. Independente dos estudos e análises sobre o nascimento do *Welfare State*, a relação entre políticas sociais ou de bem-estar e o capitalismo, era alvo de preocupação de economistas políticos do século XIX, sejam de tendência liberal, conservadora ou marxista, cem anos antes da sua ascensão (MELLO, 2007).

Diante destes fatos, Arretche (1995) argumenta que o Estado de Bem-Estar ou *Welfare State* é um cenário de escolhas, de soluções de conflitos interiores de sociedades capitalistas avançadas. Nas tais situações conflitantes são decididas a redistribuição dos frutos do trabalho social, o acesso da população à proteção contra riscos advindos da vida social, e a proteção concebida como um direito à sociedade.

Marshall (1967) afirma que há uma condição de igualdade humana básica associada ao conceito de participação integral na comunidade, ou seja, o conceito de cidadania, o qual é incoerente com as desigualdades que diferenciam os diversos níveis econômicos da sociedade. Por outro modo, a desigualdade de classes sociais torna-se aceitável desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida.

O *Welfare State* pode ser pensado como uma transformação do próprio Estado a partir de suas funções, estrutura e legitimidade. Surge devido a demanda por serviços de segurança socioeconômica. Tais serviços sociais emergem para dar respostas às dificuldades individuais, visando garantir a sobrevivência das sociedades (ARRETCHE, 1995).

De maneira sintética, no Estado de Bem-Estar, a atuação do Estado é direcionada em três sentidos:

- I) Assegurar renda mínima às famílias, independentemente do valor de mercado de seu trabalho ou suas propriedades;
- II) Reduzir a insegurança dos cidadãos e das famílias, fornecendo meios para a proteção de situações de contingência (velhice, doença, incapacidade temporária ou permanente para o trabalho, desemprego etc.), afastando dessa forma, o máximo possível os indivíduos das consequências naturais e perversas das oscilações dos mercados e garantir um padrão mínimo de vivência em todas as etapas.

- III) Garantir que todos tenham, sem qualquer distinção, o direito de receber o melhor padrão de atendimento considerando-se o escopo dos serviços sociais disponíveis (BRIGGS, 2009).

O Estado de bem-estar pode ser considerado uma concepção mais avançada dos chamados “serviços sociais” que foram promovidos, em países como a Alemanha, de Bismarck, no século XIX, durante período de intensa industrialização. A Alemanha tinha como uma de suas estratégias de projeto político o desenvolvimento de uma ciência administrativa do Estado. Um dos maiores avanços da Alemanha e de seus programas de “serviços sociais” foi na área da educação. O princípio fundamental foi estabelecer um nível elevado de educação do seu povo, para que a estrutura produtiva pudesse alcançar graus de desenvolvimento que proporcionassem ao país maiores vantagens econômicas e sociais diante de seus concorrentes europeus (GOMES, 2006).

Dessa forma, o Estado de Bem-Estar foi direcionado para o desenvolvimento econômico de muitos países. Coreia do Sul, países da América Latina e o Brasil, utilizaram de políticas sociais em suas estratégias de industrialização por substituição de importações. Tais ações visavam absorver os custos sociais, suavizando choques sobre a renda das pessoas, contribuindo para o aumento da produtividade, a mobilidade do trabalho e redução do desemprego (KERSTENETZKY, 2012).

O *Welfare State* surgiu no Brasil na década de 1930, caracterizado pelos aspectos regulatórios relacionados à classe trabalhista assalariada no meio urbano da sociedade. O processo de industrialização contribuiu para o aumento da importância relativa do meio urbano em relação ao total da economia brasileira, que até então era impulsionada pelas atividades rurais latifundiárias. Assim, as políticas sociais implementadas pelo Estado brasileiro na época foram direcionadas unicamente para os trabalhadores deste meio (RIVA, 2012).

Portanto, o processo de unificação e fortalecimento do Estado de Bem-Estar brasileiro, passou por reformulações e momentos de crises durante décadas. Um marco diante desse processo, que legitimou as instituições legais do bem-estar social brasileiro, foi a Constituição Federal de 1988. A mesma ampliou o número de situações sociais reconhecidas como garantias de responsabilidade do governo. A Constituição rompeu a ideia corporativista do então *Welfare State* brasileiro (RIVA, 2012).

A Constituição de 1988, buscava construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização, por intermédio da garantia dos direitos civis, sociais e políticos. A minimização das desigualdades sociais e regionais, era outro ponto pautado, bem como, promover o bem de todos sem preconceitos ou quaisquer formas discriminatórias. Portanto, a nova Constituição combina as garantias de direitos com ampliação do acesso da população a bens e serviços públicos (IPEA, 2008).

Os vários direitos sociais universais estabelecidos na nova Carta, em função de demandas e pressões sociais, como; proteção social, assistência a quem dela necessitar, saúde e educação em todos os níveis, cultura, lazer, segurança, são fixados como deveres do Estado e direitos dos cidadãos; além de incluir politicamente analfabetos e soldados, massificando o acesso do conjunto de direitos sociais ou cidadãos (KERSTENETZKY, 2012).

Neste sentido, a importância do Estado é preponderante na criação de políticas econômicas, sociais, estruturais e de cunho compensatório, visando atender às exigências da população e reduzir os feitos negativos da desigualdade e pobreza.

A Nova Constituição possibilitou a formulação de um sistema de proteção social não contributivo, que avançou com a criação de políticas públicas na área da Assistência Social. Além disso, inaugurou um conjunto de mudanças na sociedade por meio do processo de universalização do sistema de proteção social brasileiro, baseado nos princípios de Seguridade Social. Afirma o texto constitucional que a Seguridade Social é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar direitos relativos à Saúde, Previdência e Assistência Social (MESQUITA e FREITAS, 2013).

O sistema de proteção social não contributiva surge com o objetivo de desenvolver ações que atendam às necessidades sociais mínimas da população brasileira que se encontrava excluída de qualquer tipo de direito social. A Assistência Social passou a ser reconhecida como de responsabilidade do Estado, por meio da efetivação de um novo campo de direitos humanos e sociais que são concedidos à parcela da população até então excluída da sociedade (MESQUITA e FREITAS, 2013).

A partir de 2005, as políticas sociais orientadas em conjunto com as políticas econômicas e socialmente orientadas contribuíram para um acesso universalista de direitos. Foram políticas inclusivas de sustentação de renda, emprego e de demanda

de consumo, que promoveram a mercantilização do acesso a direitos sociais (KERSTENETZKY, 2012).

As políticas utilizadas nesse sentido foram:

[...] a política de valorização real do salário mínimo e expansão das transferências de renda governamentais. Entre estas últimas se incluem não apenas a previdência rural não contributiva, mas também os dois programas mais importantes da assistência social (o Benefício de Prestação Continuada, o BPC, e o programa Bolsa Família), o seguro desemprego e o abono salarial. A quantidade de pessoas diretamente afetadas pela valorização do salário mínimo, seja no mercado de trabalho seja via seguridade social, é calculada em 40 milhões. No Programa Bolsa Família estão mais de 12 milhões de famílias e no seguro desemprego mais de 6 milhões de pessoas (KERSTENETZKY, 2012, p.10).

Dessa forma, a proteção social e, especialmente, os programas não contributivos da Seguridade Social (como os programas de transferência de renda) se tornaram um dos mecanismos básicos de combate à pobreza e à redução da vulnerabilidade e desigualdade no país. Perante este quadro, os programas de transferência de renda com condicionalidades e centrados nas famílias pobres passaram a ser implementados nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) por causa das funções redistributivas e de combate à pobreza no cenário brasileiro atual (MESQUITA e FREITAS, 2013).

2.4 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NO BRASIL

O desenvolvimento de Programas de Transferência de renda no Brasil, da qual o Bolsa Família faz parte, é um componente importante no combate à pobreza extrema no país, garantindo uma renda mínima às famílias, contribuindo para a melhoria de vida. Assim, as políticas de transferência de renda vêm sendo desenvolvidas a partir de 1930, tendo o seu destaque histórico em vários países da Europa (MEIRA e SANTOS, 2013).

As transferências são uma redistribuição das rendas como uma intervenção estatal na economia. Esse instrumento de política econômica é utilizado visando resolver o problema das desigualdades ligadas à má distribuição de renda. (Rangel, 2014). Conforme Rosseti (1987, p. 240), “as despesas públicas classificadas como transferências constituem-se de pagamentos unilaterais feitos pelo governo, que não exigem contrapartida específica, em bens ou serviços, por parte dos beneficiados”.

As políticas sociais transformam-se em processos sociais proeminentes para o enfrentamento da pobreza. Além de aliviar a pobreza no curto prazo, por meio da transferência direta de renda, a política social focalizada depara-se com obstáculos amplos e diversos para alterar estruturalmente a situação socioeconômica e cessar a efemeridade da pobreza. As investigações feitas no Brasil pelas ciências sociais dão suporte a estas especulações (RUSCHEINSKY e MENDIZÁBAL, 2013).

As políticas de Transferência Condicionada de Renda (TCR) desenvolvem-se no sentido de superar as ações emergenciais e assemelham-se a programas estruturais. Além da distribuição monetária, o fim da miséria concentra-se no combate à insuficiência de capital social, e na inserção qualificada no mercado de trabalho. Contudo, além destas dimensões, os direitos à segurança alimentar, à habitação, à água potável e ao saneamento, apresentam igual importância (RUSCHEINSKY e MENDIZÁBAL, 2013).

As diversas políticas podem ser utilizadas para reduzir a pobreza, sendo as transferências diretas de renda aos pobres uma dessas medidas. Rocha (2009) comenta que, propostas de introdução de novos programas de transferências de renda no Brasil, ganharam destaque a partir do final da década de 1980, para rebater com os elevados índices de pobreza e à desigualdade de renda característica da pobreza do Brasil.

Em 1993, o Governo Federal aprova no Congresso Nacional a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), iniciando um processo de construção da gestão pública e participativa dos programas de assistência social (ROCHA, 2009). O primeiro artigo da LOAS assim fundamenta estruturalmente as políticas sociais no país:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993).

Neste sentido, nos anos 1990, diversos programas de transferência de renda foram considerados a base para a supressão do discurso sobre as políticas e programas de transferências de renda dentro do panorama da Assistência Social. Isso ocasionou o surgimento de programas como: Benefício de Prestação Contínua (BPC), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Programa Agente Jovem, o

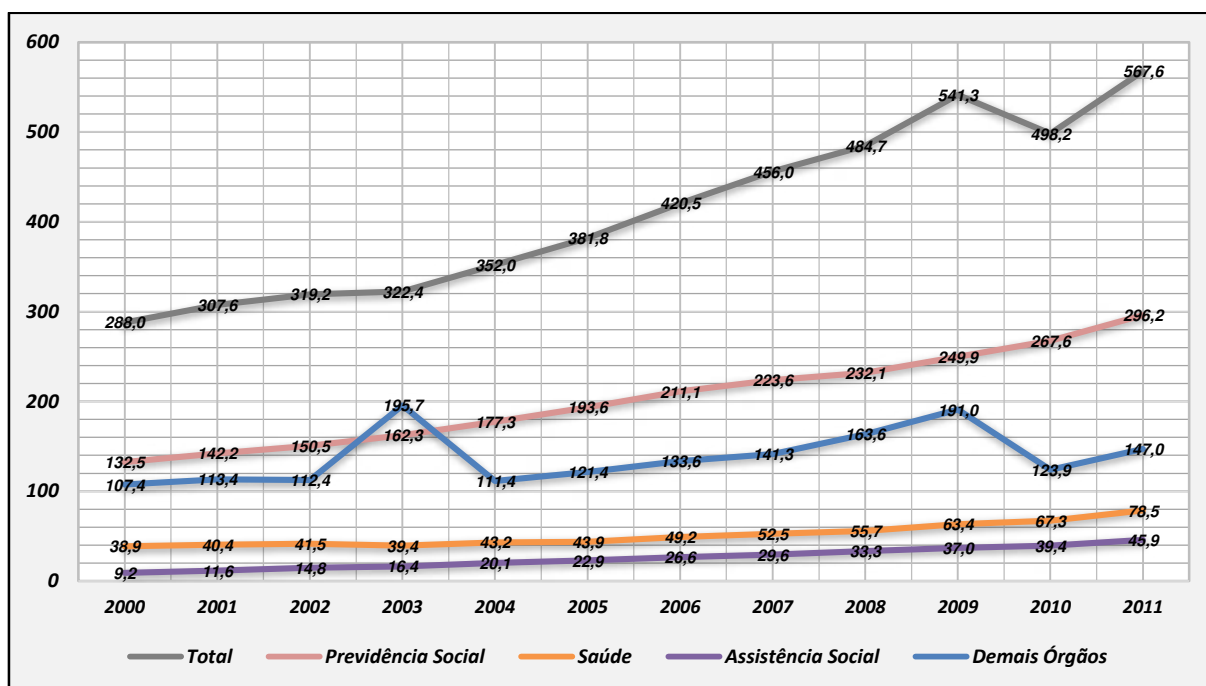
Bolsa-Escola, o Programa Bolsa-Alimentação, Auxílio Gás, Programa Cartão-Alimentação, entre outros (MESQUITA e FREITAS, 2013).

Esses programas tinham como foco as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Além do mais, alguns dos programas focados em crianças e adolescentes, permitiram amenizar os impactos da pobreza de forma imediata e promovendo a melhoria nas expectativas quanto aos níveis de pobreza futura (MESQUITA e FREITAS, 2013).

Dessa maneira, a população passou ser o foco e a prioridade dessas políticas, levantando a discussão da ampliação dos recursos alocados, a elevação do valor monetário e melhoramento do atendimento das famílias beneficiadas pelo programa, em articulação com as três esferas governamentais: nacional, estadual e municipal, buscando a instituição de uma “Política Nacional de Transferência de Renda”. Diante disso, como mostra o gráfico 1 abaixo, os investimentos do governo nos programas da Assistência Social elevaram-se a partir dos anos 2000.

Gráfico 1 – Gasto Social Federal no período de 2000 a 2011.

(Em R\$ Bilhões Constantes Dez/2010 – corrigidos pelo IPCA mensal).



Fonte: Comunicados IPEA, N. 98, Ano 2011 e Nota Técnica IPEA, N. 13, Ano 2012. In Mesquita e Freitas (2013). Elaboração: Autor.

É possível observar que, ao longo do período de 2000 a 2011, o gasto social federal cresceu em termos reais. O gasto social partiu de R\$ 288 bilhões em 2000 e para R\$ 567 bilhões em 2011. Apenas em 2010 houve uma retração do valor, e que no ano seguinte, o crescimento foi retomado. Assim os dados apresentados demonstram um crescimento gradual e constante dos investimentos públicos nas políticas de Seguridade Social. E a Assistência Social fora a única área da Seguridade Social que teve um fluxo de investimento contínuo, sendo que, a partir de 2004, ocorreu um salto de investimentos na Assistência, em decorrência da expansão de programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) e o BPC (MESQUITA e FREITAS, 2013).

Em 2003, cria-se o Programa Bolsa Família para atender às demandas básicas da população pobre no Brasil. Este programa teve como objetivo unificar os programas já existentes e mantidos pelo governo federal, dentre eles o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, entre outros.

O Programa Bolsa Família (PBF) apresenta-se como o principal programa de transferência de renda condicionada do Governo Federal. Fundamenta-se na promoção do alívio imediato da pobreza, no reforço do exercício de direitos sociais nas áreas da saúde e educação, e articulação com programas complementares. Tal programa, está voltado para o desenvolvimento das famílias, para que elas tenham condições de superar situações de vulnerabilidade e pobreza (MDS, 2005).

Com a unificação dos programas de transferência de renda, os objetivos isolados dos diferentes programas e custos operacionais passaram por um processo de integração, ao mesmo tempo em que a política governamental se direciona para a família como um todo. Além de transferir recursos diretamente aos beneficiários para alívio da pobreza, o PBF atua na promoção do acesso aos serviços básicos de educação e saúde para as famílias beneficiadas, contribuindo para o rompimento do ciclo agregado da pobreza. As transferências de recursos à população carente, orientadas pelos programas e políticas criadas pelo governo, nos últimos anos, deram o rumo para alocação de grande parte dos recursos públicos, e possibilitaram a realização de um planejamento e ação para proporcionar bens e serviços à população (OLIVEIRA; ZABOT e SCHNEIDER, 2009).

O PBF foi formulado como uma política social de gestão participativa da comunidade, por isso a necessidade de criar comitês gestores nos municípios. O poder local, democraticamente constituído, seria o pilar fundamental da estratégia do

governo. A transferência de renda seria apenas o início de um processo de emancipação que parte das famílias, as quais se articulam com a comunidade e se reflete no território, incluído ações emergenciais, estruturais e protagonismo participativo. Assim o benefício torna-se um meio, e não um fim.

O programa foi pensado com o intuito de combater a fome como um caminho mais curto para atingir o núcleo da pobreza; conforme Santana (2007, p.6): “para ser um ponto de convergência e articulação de ações voltadas para desfazer o círculo vicioso da exclusão e do assistencialismo em que as populações pobres estão envolvidas. Espera-se, portanto, gerar justiça social”. Enquanto os programas de transferência de renda tradicionais procuram a reversão de situações emergenciais, o Bolsa Família elege a desigualdade social como uma questão social e política (MEIRA e SANTOS, 2013).

Aborda-se com maiores detalhes o exercício do Bolsa Família como política pública, no próximo capítulo deste trabalho, evidenciando a sua importância na construção da cidadania e como elemento integrante no processo de inclusão social.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS ASSISTENCIALISTAS E O BOLSA FAMÍLIA

O Brasil, nos primeiros anos do século XXI, apresentou um modelo de proteção social complexo, composto de diversos programas sociais em desenvolvimento nas esferas municipais, estaduais e federais. Nesse modelo constata-se que as experiências em torno dos programas de transferência direta de renda representaram um avanço no campo das políticas públicas. No entanto, a multiplicidade dos programas formulados no contexto da política social brasileira nos anos anteriores, tornou a operacionalidade dispersa e ineficiente. E por isso, não possibilitou superar características marcantes das políticas sociais tradicionais, tais como: elevado custo administrativo, fragmentação, superposições de públicos-alvo, sistema de cotas de atendimento, competição entre as instituições, entre outras (ALVES, 2008)

Desta forma, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2008), no contexto contemporâneo brasileiro, apresenta-se várias ações políticas de caráter intervencionista que vêm sendo implementadas, principalmente na área de distribuição de renda, concretizando um conjunto de instrumentos mediadores do bem-estar social. O destaque fica para o início do século XXI, em que o governo tem agido de forma incisiva na formulação de políticas públicas, com o intuito de diminuir as desigualdades sociais. Dentre essas políticas, pode-se citar:

- Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação (Bolsa Escola)¹ – criado com o intuito de erradicar o analfabetismo por meio de ações socioeducativas de apoio aos trabalhos escolares e práticas desportivas e culturais em horários alternativos;
- Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Saúde (Bolsa Alimentação)² – Instituído na área de prevenção da desnutrição infanto-juvenil garantindo assim aumento na qualidade de vida;
- Programa Auxílio Gás³ - Trata-se de transferência de dinheiro para famílias de baixa renda, subsidiando, assim, a compra do gás liquefeito;

¹ Criado pela Lei nº 10.219 de 11 de abril de 2001.

² Instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1 de 6 de setembro de 2001.

³ Instituído pelo Decreto nº 4.102 de 24 de janeiro de 2002.

- Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA)⁴ – Criado com intuito de promover a segurança alimentar das populações mais carentes.

Quadro 1 - Benefícios financeiros dos programas remanescentes.

Programa	Elegibilidade	Benefícios
Bolsa Escola	Renda Familiar mensal de até R\$ 90,00 por pessoa, com crianças de 6 a 15 anos	R\$ 15,00 – benefício mensal por criança, até o limite de R\$ 45,00.
Bolsa alimentação	Gestantes, nutrizes e crianças de 6 meses a 6 anos e 11 meses em risco nutricional	R\$ 15,00 – benefício mensal até o limite de R\$ 45,00.
Auxílio-Gás	Renda Familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa	R\$ 7,50 – benefício mensal pago bimestralmente (R\$ 15,00 a cada dois meses).
Cartão Alimentação	Renda Familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa	R\$ 50,00 – benefício mensal pago à família.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2006). Elaboração: Autor.

No quadro 1, acima, estão explícitos os critérios e as formas de repasse financeiro dos programas remanescentes. Cada um desses programas estava sob a responsabilidade de um órgão específico, o que gerava dificuldades ou mesmo inviabilidade para gerenciar e coordenar as ações de caráter interssetorial, para o combate à desigualdade social. Outro problema existente, era o fato de que uma família poderia participar de dois ou três programas, enquanto outros grupos, na mesma localidade e em situação semelhante, não recebiam nenhum apoio (MDS, 2008).

Em busca de maior controle, eficácia e avaliações de resultados mais precisos, o Governo Lula, em 2004, torna pública a unificação destes quatro programas remanescentes, surgindo assim, o Bolsa Família, um programa de transferência de renda, que permitiria atender a um número maior de famílias em todo o país, além de evitar o acúmulo de vários benefícios por uns, enquanto outros não receberiam nenhum recurso.

⁴ Criado pela Lei nº 10.689 de 13 de junho de 2003.

O Programa Bolsa Família foi instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, sendo este integrado ao âmbito do Programa Fome Zero (PFZ), como componente do eixo articulador do acesso a alimentação. Dessa forma, o PBF possui dois objetivos básicos: o primeiro é o combate a miséria e exclusão social, por meio de transferências de renda associada à garantia do acesso aos direitos sociais básicos como a saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, incentivando a união dos órgãos do poder público para trabalhar na implementação de políticas sociais; e, segundo, a promoção da inclusão social contribuindo para a emancipação das famílias pobres e extremamente pobres (ALVES, 2008).

A continuidade das ações desenvolvidas pelos programas remanescentes, assim como a inserção de medidas complementares para a geração de trabalho e renda, possibilitaram uma melhoria na qualidade de vida da população. O PBF, com as suas mudanças inovadoras e uma maior articulação de suas ações.

Segundo Alves (2008), o PBF começa a ganhar destaque no cenário brasileiro. No primeiro ano do governo do Presidente Lula, o programa acabou tornando-se o carro-chefe da política social implementada pelo governo federal, obtendo grande repercussão na mídia. Este programa de transferência condicionada de renda, destinado a um público específico, especialmente à parcela da população mais vulnerável, inaugurou uma nova agenda social tendo como princípios gerais a integração dos programas, a racionalização dos recursos financeiros e a ampliação de cobertura. Contrariando a corrente de pensamentos de políticas de renda básica universal, cujo benefício monetário deveria ser transferido para cada cidadão, independentemente da sua situação socioeconômica.

Inicialmente, a operacionalização do PBF ficou vinculada a uma Secretaria Executiva ligada diretamente à Presidência da República. Somente em 2004, após a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o mesmo passou a ser gerenciador do PBF, na coordenação da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC).

No próximo subitem, serão expostos os critérios de seleção, o público-alvo e os valores dos benefícios determinados pelo Bolsa Família.

3.1. PÚBLICO-ALVO DO BOLSA FAMÍLIA

Dentro do PBF são estabelecidas duas linhas de corte para a entrada de beneficiários delimitando também o valor do benefício a ser concedido. Assim, a realização do cálculo adota como critério seletivo a renda familiar mensal *per capita* e a composição familiar. Por meio do CadÚnico⁵, um banco de dados desenvolvidos para a coleta de informações referentes à situação real das famílias brasileiras, é feita a triagem e seleção das famílias que se enquadram nos critérios estabelecidos pelo programa. Desse modo, mães solteiras, grávidas e portadores de necessidades especiais são prioridades na hora da seleção, que é feita pelo Ministério de Desenvolvimento social e Combate à Fome (MDS, 2008).

As duas linhas de corte do PBF, provenientes de cálculos desenvolvidos pelo MDS, são: extrema pobreza e pobreza, que serão demonstradas e melhor explicadas pelo quadro abaixo:

Quadro 2 - PBF - Critérios de elegibilidade.

Situação das famílias	Renda familiar mensal (<i>per capita</i>)		
	2004	2009	2014
Extremamente pobres	Até R\$ 50,00	Até R\$ 69,00	Até R\$ 77,00
Pobres	De R\$ 50,01 a R\$ 100,00	De R\$ 69,01 e a R\$ 137,00	De R\$ 77,00 e a R\$ 154,00

Fonte: MDS, SAGI – Matriz de informação social (2015). Elaboração: Autor.

Diferente dos programas de transferência direta de rendas anteriores, o PBF tem como público-alvo dois grupos distintos. No primeiro grupo, com o decreto nº 8.232⁶, de 30 de abril de 2014, o programa direciona-se para as famílias que auferem uma renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 77,00, independentemente de sua composição. Para essas famílias, considerando o atual ano, o benefício monetário mensal fixo transferido é de R\$ 77,00. No entanto, se na composição dessas famílias existirem crianças e/ou adolescentes com até 15 anos de idade, será adicionado ao

⁵ Cadastro Único para Programas Sociais

⁶ O critério que define a condição de pobreza passou de R\$ 137,00 para R\$ 154,00, e o de extrema pobreza de R\$ 69,00 para R\$ 77,00

valor fixo transferido a quantia de R\$ 35,00, por cada filho, até o limite de cinco filhos, totalizando um valor mensal máximo de R\$ 252,00 por família.

Dentro do segundo grupo, o acesso é permitido somente às famílias em situação de pobreza, ou seja, a renda familiar *per capita* deve ser superior a R\$ 77,00 e inferior a R\$ 154,00 e devem ter em sua composição familiar crianças e/ou adolescente (com até 15 anos de idade). Nesta situação o valor do benefício é variável e pode chegar até R\$ 175,00 por família, sendo R\$ 35,00 por cada filho, no limite de cinco.

Na configuração atual do desenho do PBF, o governo federal, com o objetivo de garantir a segurança social e alimentar das famílias, amplia a faixa etária dos adolescentes de 15 anos para 17 anos, como forma de estimulá-los a permanecer na escola, concedendo um benefício variável mensal no valor de R\$ 42,00 para todas as famílias do PBF, podendo beneficiar até dois adolescentes por família. Desta forma, com esse valor novo anexado ao PBF, e com base no quadro 3, podemos desenhar um quadro que vai descrever essa mudança e discriminar a situação de cada linha de corte.

Quadro 3 - Composição de benefícios financeiros do PBF.

Situação da família	Renda mensal <i>per capita</i>	Ocorrência de crianças/adolescentes de 0 a 15 anos	Ocorrência de jovens de 16 e 17 anos	Quantidade e tipos de benefício	Valor do benefício (em R\$)
Pobreza	R\$ 77,01 a R\$ 154,00	1 membro	Sem ocorrência	1 variável	35,00
			1 membro	1 variável + 1 variável jovem	77,00
			2 membros	1 variável + 2 variável jovem	119,00
		2 membros	Sem ocorrência	2 variável	70,00
			1 membro	2 variável + 1 variável jovem	112,00
			2 membros	2 variável + 2 variável jovem	154,00
		3 membros	Sem ocorrência	3 variável	105,00
			1 membro	3 variável + 1 variável jovem	147,00
			2 membros	3 variável + 2 variável jovem	189,00
		4 membros	Sem ocorrência	4 variável	140,00
			1 membro	4 variável + 1 variável jovem	182,00
			2 membros	4 variável + 2 variável jovem	224,00
		5 membros	Sem ocorrência	5 variável	175,00
			1 membro	5 variável + 1 variável jovem	217,00
			2 membros	5 variável + 2 variável jovem	259,00

Extrema pobreza	Até R\$ 77,00	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Básico	77,00
			1 membro	Básico + 1 variável jovem	119,00
			2 membros	Básico + 2 variável jovem	161,00
		1 membro	Sem ocorrência	Básico + 1 variável	112,00
			1 membro	Básico + 1 variável + 1 variável jovem	154,00
			2 membros	Básico + 1 variável + 2 variável jovem	196,00
		2 membros	Sem ocorrência	Básico + 2 variável	147,00
			1 membro	Básico + 2 variável + 1 variável jovem	189,00
			2 membros	Básico + 2 variável + 2 variável jovem	231,00
		3 membros	Sem ocorrência	Básico + 3 variável	182,00
			1 membro	Básico + 3 variável + 1 variável jovem	224,00
			2 membros	Básico + 3 variável + 2 variável jovem	266,00
		4 membros	Sem ocorrência	Básico + 4 variável	217,00
			1 membro	Básico + 4 variável + 1 variável jovem	259,00
			2 membros	Básico + 4 variável + 2 variável jovem	301,00
		5 membros	Sem ocorrência	Básico + 5 variável	252,00
			1 membro	Básico + 5 variável + 1 variável jovem	294,00
			2 membros	Básico + 5 variável + 2 variável jovem	336,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS (2015). Elaboração: Autor.

Desta forma, com a presença do Benefício Variável Jovem (BVJ), uma família que se encontre em extrema pobreza, poderá receber até o máximo de R\$ 336,00 por mês.

Em 2011, a presidente Dilma Rousseff, reforça o compromisso com a população mais pobre, com o plano Brasil Sem Miséria (BSM), ampliando a atuação do Bolsa Família, por intermédio da criação do benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP). Este benefício é destinado às famílias que se mantêm com renda

familiar por pessoa igual ou inferior a R\$ 77,00, mesmo após receber o valor dos benefícios do PBF (básico, variáveis e/ou BVJs).

Para o cálculo do BSP, deve-se somar a renda familiar inicial, que está registrada no CadÚnico e os benefícios do PBF, se o resultado for menor do que R\$ 77,00 por pessoa. O valor do benefício será obtido pela diferença entre R\$ 77,01 e essa soma, e multiplicado pela quantidade de membros da família (MDS, 2015).

O PBF tem mudado as condições da população, não somente através da transferência de recursos monetários, mas principalmente ao possibilitar um cenário de fertilidade educacional, ao abrir horizontes para o desenvolvimento de práticas de geração de renda e trabalho e ao garantir os direitos sociais, buscando a implementação de novas maneiras que permitam a diminuição das desigualdades.

No período de 2001/2011, as transferências sociais e, particularmente, o PBF foram responsáveis pela queda de 15% a 20% na desigualdade de renda domiciliar por pessoa, segundo dados do MDS (2015). E com a criação do plano BSM, a atuação do Bolsa Família sofre uma ampliação, motivada principalmente pela criação do BSP, obtendo como resultado a saída de 36 milhões de brasileiros da situação de extrema pobreza. Deste total, 22 milhões superaram a miséria após a implantação do BSM (MDS, 2015).

Como foi mencionado anteriormente, em seu processo de formulação e estruturação, o PBF incorporou outros programas dentro de suas ações, que tinha a mesma característica de transferência de renda, na esperança de ter um maior controle e uma possível expansão de tais ações. Com essa transferibilidade de recursos financeiros, o governo tem mudado o cenário da desigualdade no Brasil, possibilitando a garantia da segurança alimentar e, conseqüentemente, o aumento da renda familiar das famílias mais pobres.

3.2. AS CONDICIONALIDADES DO BOLSA FAMÍLIA

No seu processo de unificação, o PBF englobou os programas remanescentes de transferência de renda, no qual permaneceu o cumprimento das condicionalidades associadas à políticas de caráter universal - educação e saúde - de forma a possibilitar à população pobre serviços sociais básicos. No cumprimento destas ações, o Bolsa Família, promove a emancipação social e interrompe o ciclo de pobreza reproduzida no decorrer das gerações (ALVES, 2008)

As condicionalidades de saúde e educação são compromissos que a família assume ao entrar no Bolsa Família. O cumprimento das condicionalidades é condição essencial para as famílias receberem os benefícios do PBF.

3.2.1. Condicionalidades da Educação

Em relação às condicionalidades da educação, são exigidos os seguintes itens:

- Todas as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos das famílias beneficiárias devem estar regularmente matriculados na escola e ter frequência mínima de 85% das aulas;
- Jovens de 16 a 17 anos devem estar regularmente matriculados na escola e ter frequência mínima de 75% das aulas (MDS, 2015).

O acompanhamento da condicionalidade de educação é realizado por ação conjunta entre o Ministério da Educação (MEC) e o MDS, em que, através do Sistema Presença do MEC, são registradas as informações referentes aos estudantes no Brasil. Tais informações são monitoradas bimestralmente por meio de uma gestão compartilhada entre União, estados e municípios (WWP, 2015a).

Graças ao Brasil Carinhoso, uma das ações do BSM, mais de 580 mil crianças de 0 a 4 anos, beneficiárias do PBF, são atendidas em creches. Pela disponibilidade de mais recursos às prefeituras para cada vaga ocupada por crianças do PBF, os municípios são incentivados a ampliar a oferta de vagas em creches e melhorar o atendimento. A ação prevê a transferência de 50% do Fundeb para cada criança de 0 a 4 anos beneficiárias do Bolsa Família matriculadas em creches, públicas ou conveniadas (PORTAL BRASIL, 2016)

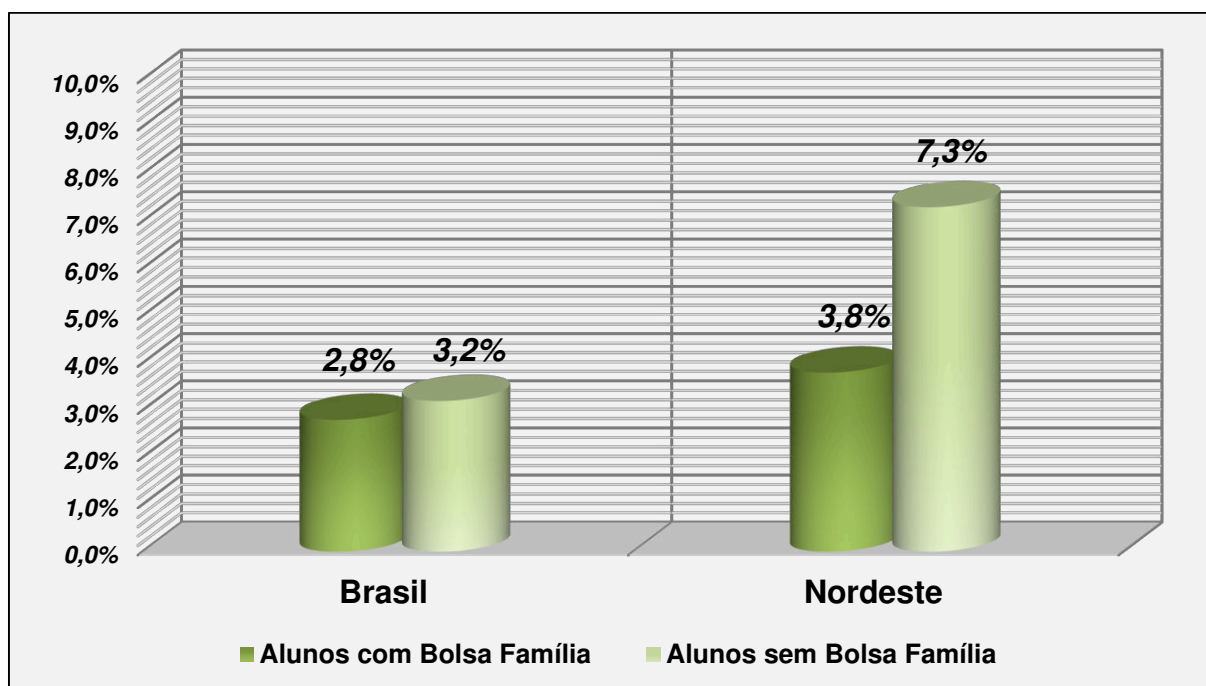
Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no período de 2008/2012, demonstra que, entre os alunos do CadÚnico, os beneficiários têm 11% menos chances de repetir o ano escolar do que os não beneficiários. O estudo demonstra ainda que os alunos beneficiários do Bolsa Família cumpridores da condicionalidade de educação têm 40% menos chances de repetência (WWP, 2015a).

Com relação ao Ensino Médio, no período entre 2010 e 2012, 52,2% dos alunos beneficiários do PBF matriculados no 1º ano que obtiveram aprovações

consecutivas nos anos 2010, 2011 e 2012, somente 39,4% dos alunos não participantes do Bolsa Família têm o mesmo desempenho (WWP, 2015a).

Dada a abrangência do programa, os fatos sugerem que ele possui efeitos positivos durante a vida escolar das crianças beneficiárias. Desta maneira, PBF colabora para uma diminuição na desigualdade educacional destes alunos, quando em comparação ao restante dos alunos de escola pública. Reflexo disto, é que foi estimado um aumento de 4% na frequência escolar de crianças pobres de 7 a 15 anos participantes do programa quando comparadas àquelas que não fazem parte (WWP, 2015a).

Gráfico 2 – Taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental – Brasil e Nordeste (2012).

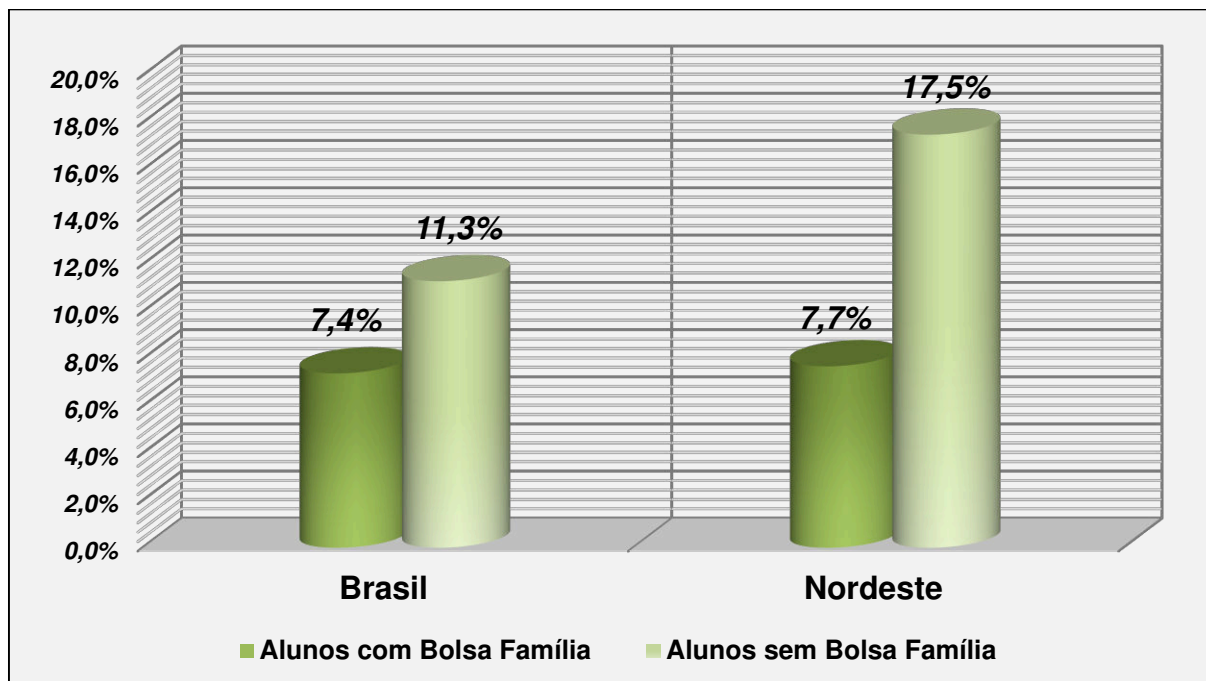


Fonte: MDS/MEC, 2013. In WWP (2015a). Elaboração: Autor.

Ao analisar a taxa de abandono escolar entre beneficiários e não beneficiários do PBF, é apontada uma maior permanência na escola entre os alunos que recebem o benefício, sendo este um dos objetivos do programa. No Brasil como vemos no gráfico 2, a taxa de abandono dos alunos sem PBF no ensino fundamental é de 3,2%, e a dos estudantes com o PBF é de 2,8%, ligeiramente menor. No Nordeste a diferença entre os beneficiários e não beneficiários é ainda maior. Enquanto a taxa de

abandono dos alunos não participantes do programa é igual a 7,3%, a taxa dos alunos com Bolsa Família é quase a metade, igual a 3,8%. (XIMENES, 2014).

Gráfico 3 – Taxa de abandono escolar no Ensino Médio – Brasil e Nordeste (2012).



Fonte: MDS/MEC, 2013. In WWP (2015a). Elaboração: Autor.

No Ensino Médio, os estudantes do BPF em comparação com os demais da rede pública, exibem resultados melhores: tanto em relação a taxa de abandono (7,4% contra 11,3%), como a de aprovação (79,7% contra 75,5%), segundo dados do MEC. (WWP, 2015a).

Observamos nos gráficos 2 e 3, que comparando as taxas de abandono escolar entre os beneficiários e os não beneficiários do PBF, os alunos que fazem parte do programa têm um menor índice de abandono escolar, tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio, principalmente se analisarmos os resultados da Região Nordeste.

A parceria entre MDS e MEC, tem permitido rendimentos educacionais em favor das crianças e adolescentes pobres. Entretanto, como parte deste processo, existem desafios de aprimorar a comunicação com os gestores e técnicos, ambicionando um amplo contexto de consolidação de uma rede de proteção social e de redução de desigualdades (XIMENES, 2014).

3.2.2. Condicionais da Saúde

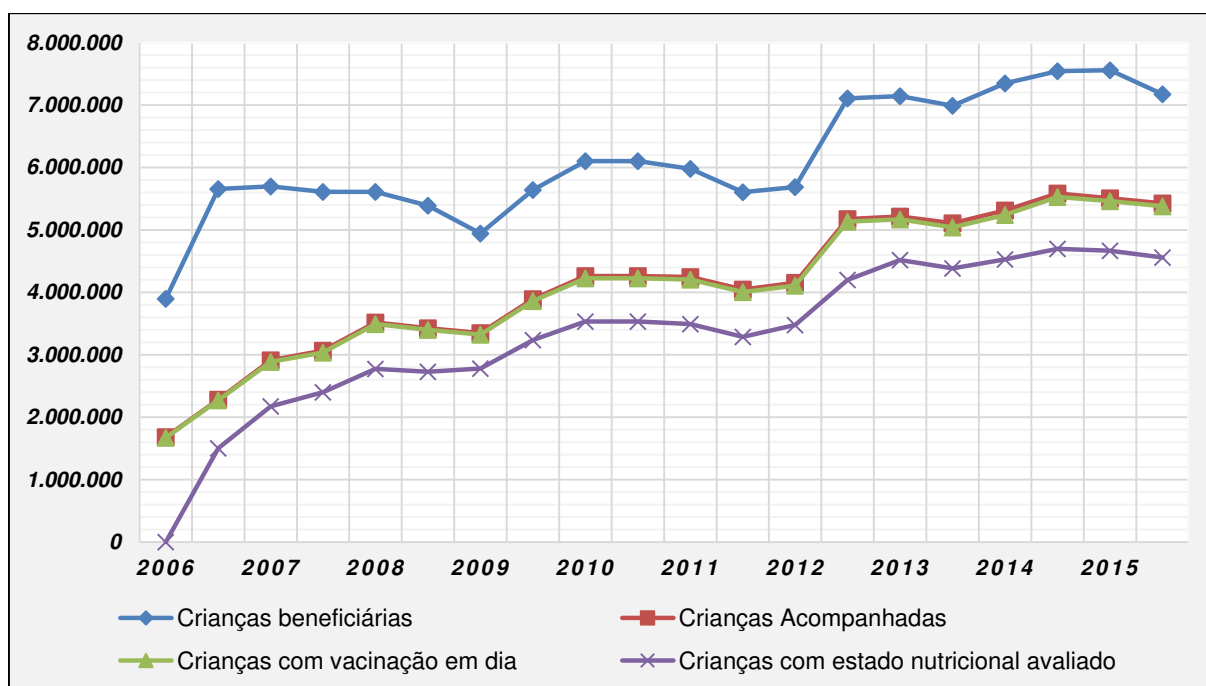
No que diz respeito às condicionalidades da saúde, através do Ministério da Saúde (MS) em parceria com o MDS são monitoradas as seguintes atividades:

- Crianças menores de 7 anos devem estar com o calendário vacinal em dia e ter o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento;
- Gestantes devem fazer consultas de pré-natal, pelo calendário do MS (MDS, 2015).

O acompanhamento da condicionalidade de saúde é uma articulação entre o MS e o MDS e conta com dados do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde, que registra informações referentes a mais de 8 milhões de famílias no Brasil. Esse monitoramento ocorre semestralmente por meio da gestão compartilhada entre União, estados e municípios (WWP, 2015b).

No 2º semestre de 2015, aproximadamente 5,5 milhões de crianças foram acompanhadas nas condicionalidades de saúde: 99,14% estavam com o calendário de vacinação em dia e 86,24% tiveram os dados nutricionais coletados, como mostra o gráfico abaixo:

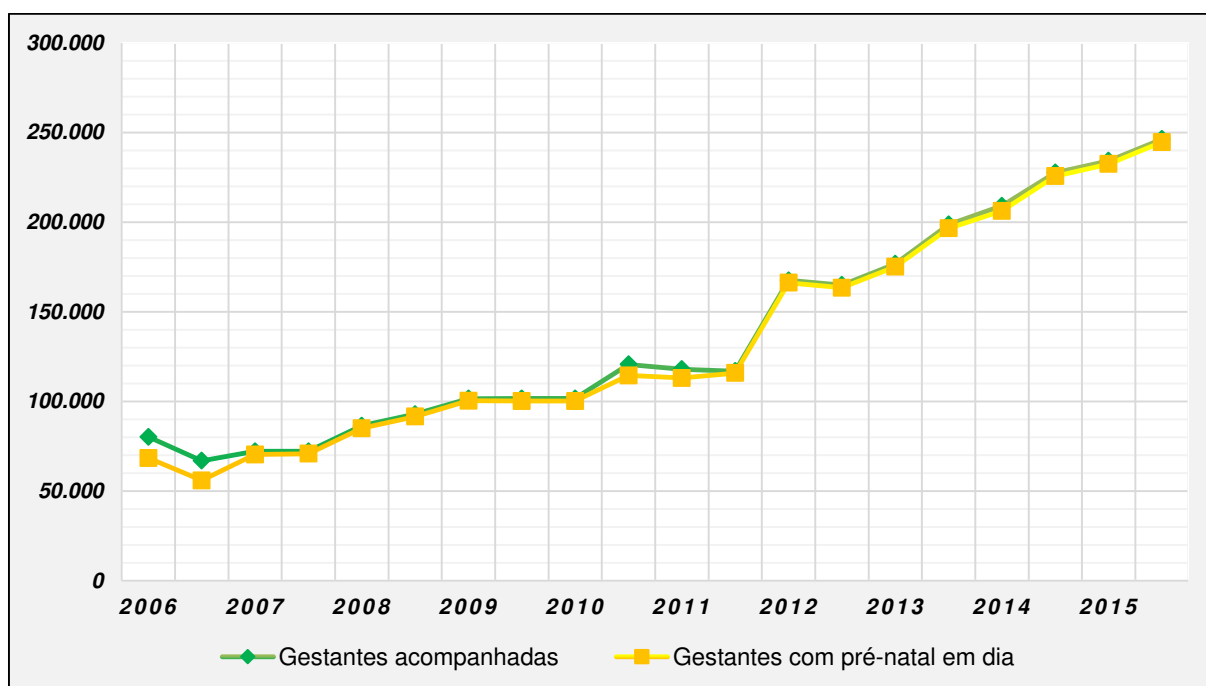
Gráfico 4 – Número de crianças beneficiárias do PBF, acompanhadas, com vacinação em dia e com dados nutricionais coletados – Brasil (2006-2015).



Fonte: DATASUS - Sistema de Gestão do Programa Bolsa na Saúde/MS, 2015. Elaboração: Autor.

Com relação ao acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes, no segundo semestre de 2015, foram localizadas 246.442 gestantes, sendo que 99,32% estavam com o pré-natal em dia, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Número de gestantes beneficiárias do PBF, acompanhadas e com pré-natal em dia – Brasil (2006-2015).



Fonte: DATASUS - Sistema de Gestão do Programa Bolsa na Saúde/MS, 2015. Elaboração: Autor.

Diante destes fatos, o PBF, pode contribuir para a sobrevivência de crianças por meio de diferentes ações, o aumento da renda pode potencializar o acesso aos alimentos e a outros bens relacionados com a saúde, enquanto as condicionalidades melhoram o acesso aos serviços de saúde (WWP, 2015b).

O Bolsa Família, vem apresentando-se significativamente como um agente redutor da mortalidade infantil, cujas causas são relacionadas com a pobreza, como a desnutrição e diarreia. No período de 2004 a 2009, a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos reduziu-se 19%, ocorrendo ainda uma redução de 58% nos níveis de desnutrição (WWP, 2015b).

3.2.3. Descumprimentos de Condicionalidades

O MDS é responsável por sistematizar os resultados do acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação do PBF, por meio do Sistema de Condicionalidades (Sicon). Por meio desta ferramenta, identifica-se as famílias em situação de descumprimento de condicionalidades, ou seja, aquelas que têm um ou mais integrantes que deixaram de cumprir os compromissos assumidos nas áreas de saúde e educação. As crianças e adolescentes com baixa frequência escolar, as crianças com calendário de vacinação desatualizado e as gestantes que não realizaram o pré-natal sinalizam ao poder público que, estão com dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde e educação. As dificuldades de acesso a esses serviços podem ser reveladoras de situações de vulnerabilidade e risco social (WWP, 2015c).

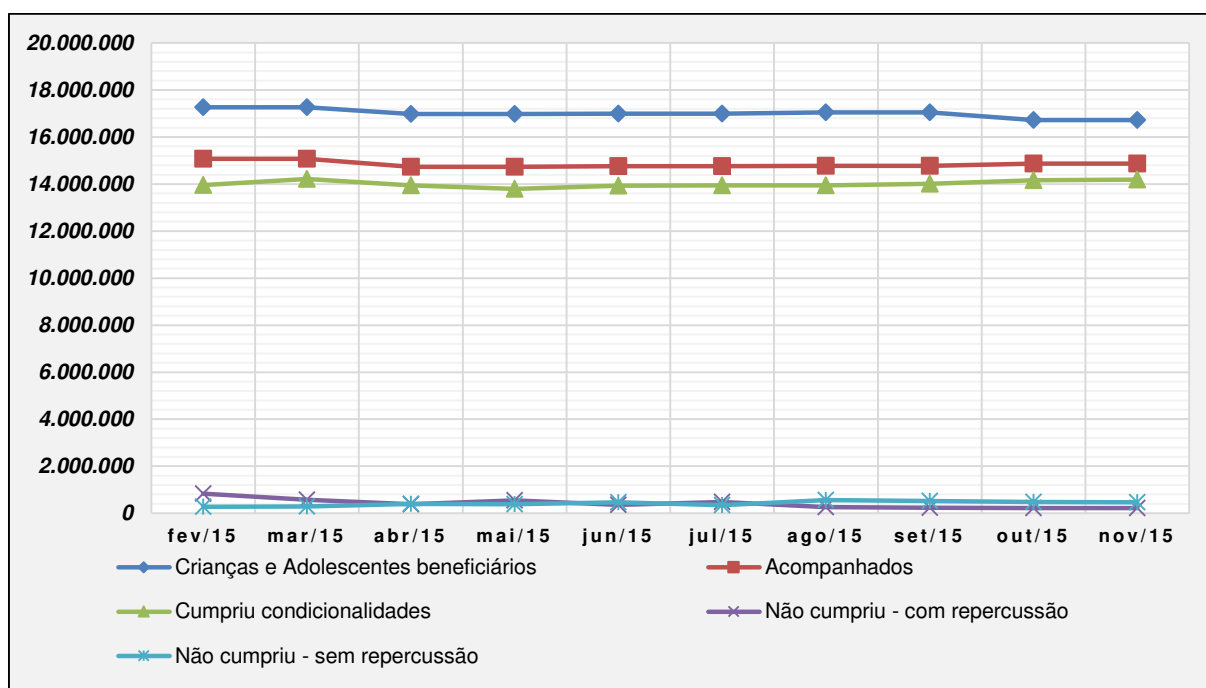
As famílias que não cumprem as condicionalidades estão sujeitas a sanções gradativas, que vão desde a notificação da família, passando pela suspensão do benefício, podendo chegar à exclusão da família do programa.

- Advertência: A família é comunicada de que ocorreu o descumprimento de condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício do Bolsa Família;
- Bloqueio: O benefício da família fica bloqueado por um mês, mas pode ser sacado no mês seguinte com a nova parcela;
- Suspensão: O benefício da família fica suspenso por dois meses e a família não recebe posteriormente os benefícios deste período;
- Cancelamento: A família deixa de participar do Bolsa Família. (MDS, 2015).

Antes das famílias terem o seu benefício cancelado por descumprimento de condicionalidades, elas passam a ser acompanhadas pela assistência social. O cancelamento somente ocorrerá se uma família com o benefício em suspensão começar a ser acompanhada pela assistência social, com registro desse acompanhamento no Sicon e, se em 12 meses de acompanhamento, tornar a descumprir as condicionalidades. Logo, a passagem de suspensão para o cancelamento respeitará o período de 12 meses em que tenha sido iniciado o acompanhamento da família pela assistência social. Se diante procedimento de atendimento e prazo a família continuar em situação de descumprimento, o benefício será cancelado. O atual procedimento é reflexo de uma visão não punitiva das famílias

que descumprem: antes dessa regra, o cancelamento era realizado de forma automática, sem que houvesse um acompanhamento do Estado (WWP, 2015c).

Gráfico 6 – Número de crianças e adolescentes (6 a 17 anos) beneficiárias do PBF, acompanhados, com descumprimento de condicionalidade de educação – Brasil (2015).



Fonte: Sicon - Sistema de Condicionalidades/MDS, 2015. Elaboração: Autor.

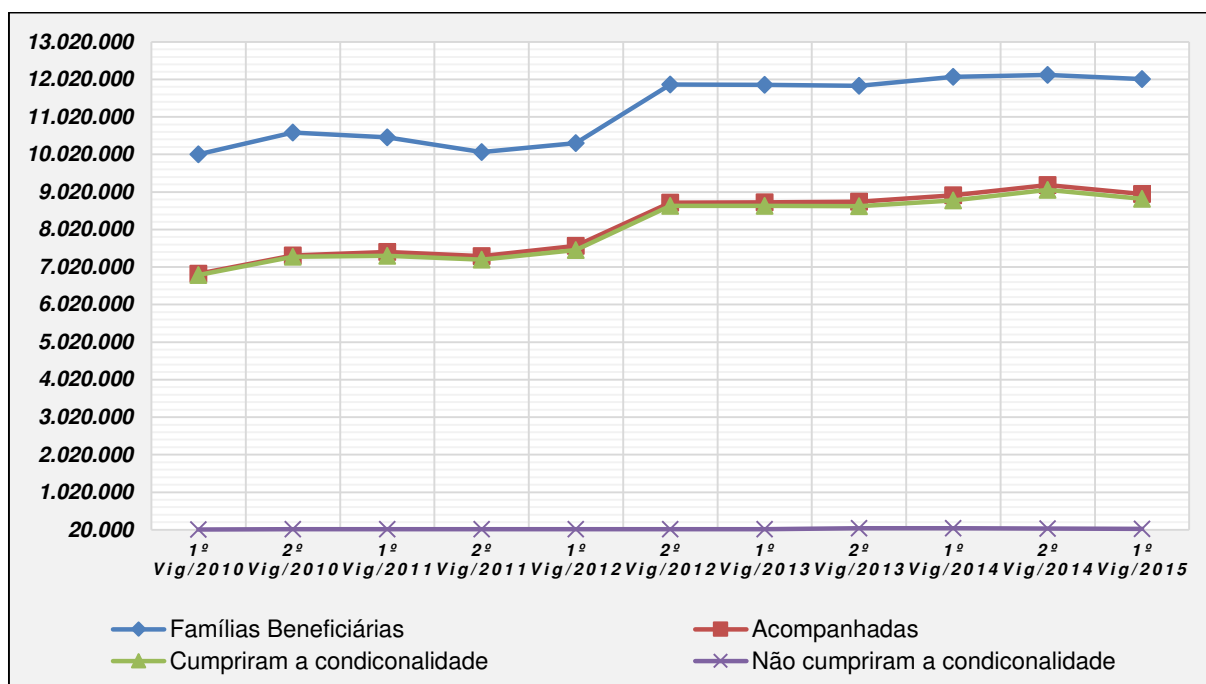
No mês de novembro de 2015, dos 16,7 milhões de crianças e adolescentes beneficiários em idade escolar, 14,8 milhões foram acompanhados (88,9%). Destes, 95,4% cumpriram as condicionalidades de educação. Entre os 4,6% pertencentes aos beneficiários que não cumpriram a condicionalidade, 31,7% apresentaram baixa frequência por motivos justificados, que não geraram efeitos no benefício. (SICON, 2015).

No ato do registro do acompanhamento de educação, é possível indicar no sistema o motivo que gerou a baixa frequência. Esses motivos foram previamente estabelecidos e constam em uma lista elaborada pelo Ministério da Educação e pelo MDS. Os motivos que justificam a baixa frequência podem gerar ou não efeitos no benefício da família. São exemplos de motivos justificados (que não geram efeitos) na educação (WWP, 2015c):

- Ausência por questão de saúde do aluno;

- Doença ou morte na família;
- Inexistência de oferta de serviços educacionais;
- Fatos que impedem o deslocamento à escola;
- Inexistência de serviço educacional à pessoa com deficiência. (WWP, 2015c).

Gráfico 7 – Número de famílias beneficiárias do PBF, acompanhadas, com descumprimento de condicionalidade de saúde – Brasil (2010-2015).



Fonte: Sicon - Sistema de Condicionalidades/MDS, 2015. Elaboração: Autor.

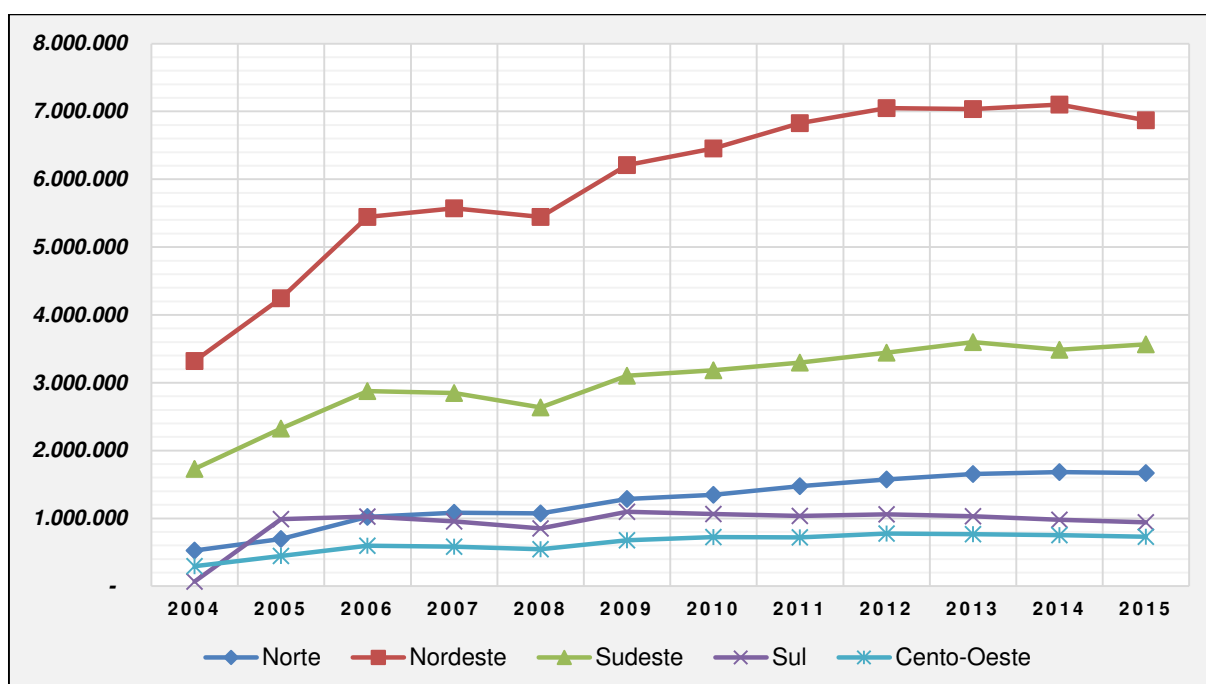
Observa-se nos gráficos anteriores, que número de descumprimentos de condicionalidades, tanto na educação como na saúde, são relativamente baixos se comparado ao público participante do PBF. No gráfico 7, no mês de novembro de 2015, apenas 150.668 crianças/adolescentes descumpriram a condicionalidade de forma a repercutir uma penalidade se continuar o ato de descumprimento. Evidenciando uma orientação mais preventiva do que punitiva.

Contudo, as exigências do cumprimento destas contrapartidas ampliam o exercício do direito a serviços sociais, que já são garantidos pela Constituição Federal e ainda possibilitam o monitoramento das políticas públicas locais e identificação de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social (WWP, 2015c).

3.3. BOLSA FAMÍLIA NO NORDESTE

Como o Bolsa Família é um programa a nível nacional, e considerando a região nordeste como uma das grandes regiões afetadas pela pobreza e desigualdade social, analisaremos a presença do Bolsa Família nesta região. Conforme o gráfico abaixo é possível comprovar a incidência de famílias da região nordeste como maioria na composição de usuários do PBF.

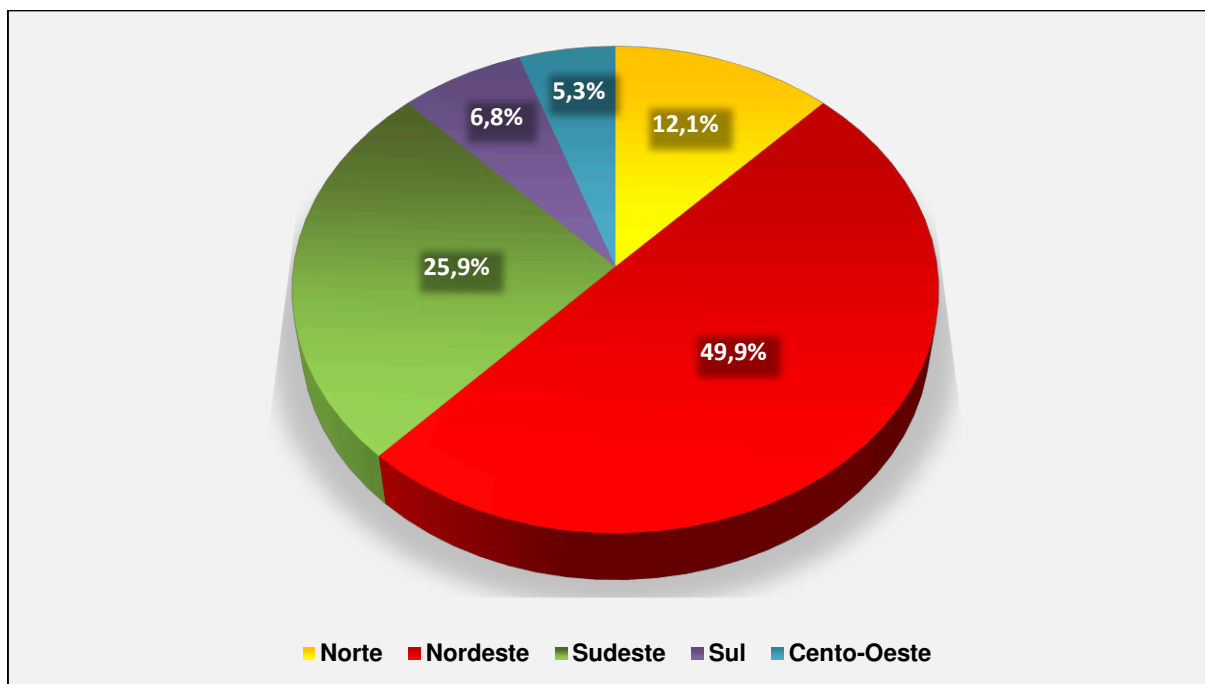
Gráfico 8 – Regiões: Número de famílias beneficiárias do PBF (2004-2015).



Fonte: MDS, SAGI – Data Social, 2015. Elaboração: Autor.

É possível observar, como se era esperado, que a região Nordeste concentra metade das famílias beneficiadas pelo PBF. Em 2004, 3,3 milhões de famílias eram beneficiadas pelo programa nesta região. Já em 2015, o número de famílias atendidas pelo PBF aumentou para 6,8 milhões, mais que dobrou em relação ao ano de 2004, o que pode ser ratificado pelo gráfico 9.

Gráfico 9 – Brasil: distribuição espacial por região geográfica das famílias beneficiadas pelo PBF (2015).



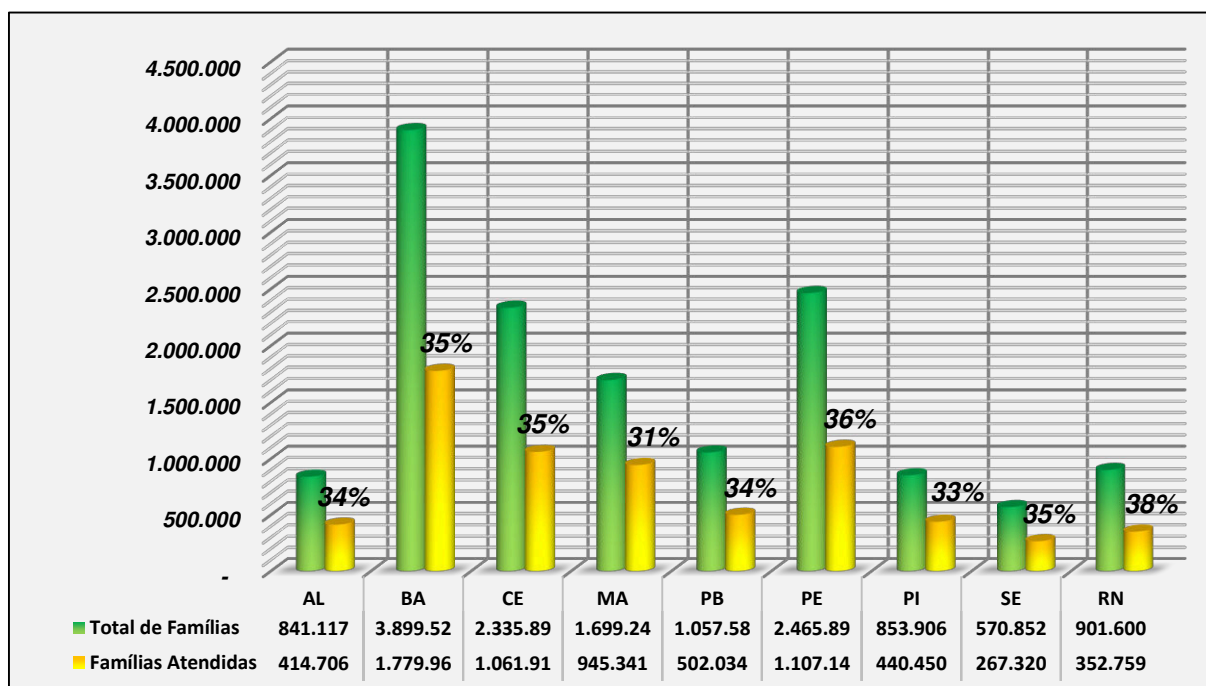
Fonte: MDS, SAGI – Data Social, 2015. Elaboração: Autor.

A dependência existente nesta grande região é devida às desigualdades regionais existentes no país. Outra maneira, as diferenças de renda entre as famílias das diferentes regiões promovem essa expansão do PBF no Nordeste, já que nesta região, no ano de 2007, “cerca de 42,2% dos seus habitantes vivem em condições de pobreza, conforme estimativa do IPEA” (ALVES, 2008 p. 24).

Diante desta realidade, notamos a importância da inserção de atividades assistencialistas, ou de geração de renda; através de programas de transferência direta. Entretanto, mesmo diante de críticas generalizadas no âmbito nacional, o Bolsa Família é uma ferramenta importante no processo de sustentabilidade das famílias nordestinas, uma vez que o percentual de famílias atendidas em relação ao número de habitantes da região é enorme. Esses resultados são demonstrados no gráfico 10.

Muito embora a região nordeste tenha sofrido alterações nas suas atividades econômicas, inovando em tecnologia e conseguindo seu espaço produtivo, a sua deficiência ainda é grande em relação às outras regiões do país.

Gráfico 10 – Região Nordeste: total de famílias residentes x total de famílias atendidas pelo PBF (2015).

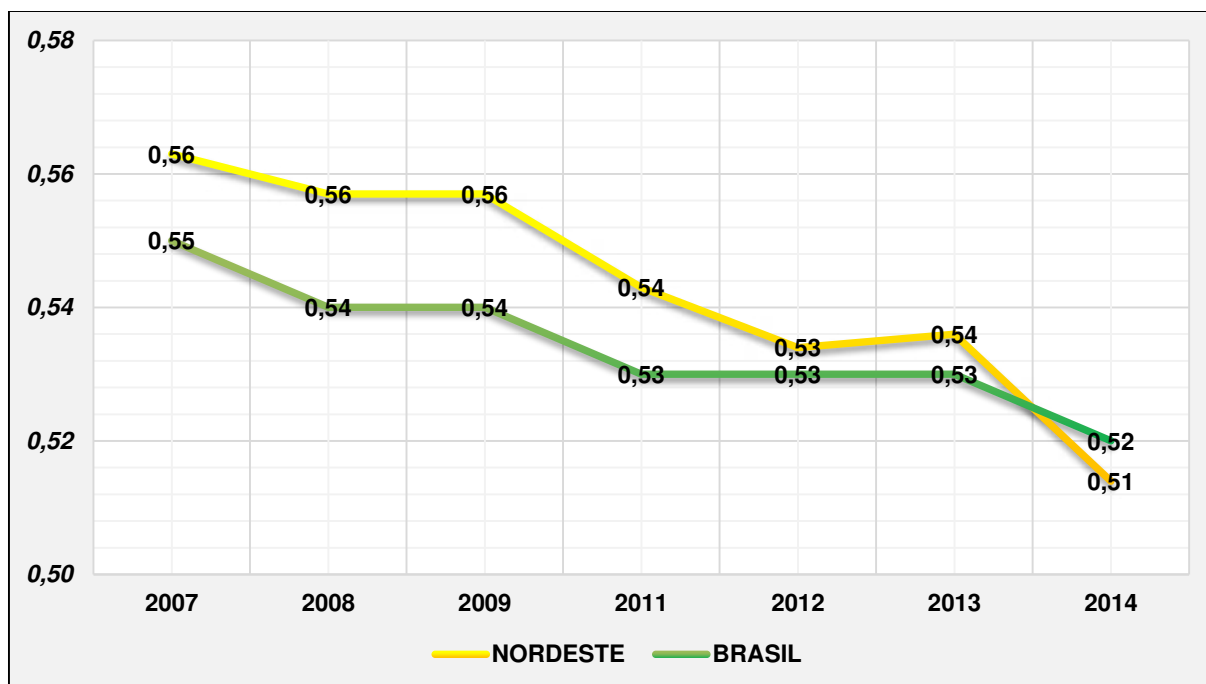


Fonte: MDS, SAGI – Data Social, 2015. Elaboração: Autor.

Segundo Alves (2008), o PBF vem assumindo um papel importante na composição da renda dos estados da Região Nordeste, e proporcionando diretamente às famílias beneficiadas um poder de compra maior, disponibilizando de alguma forma melhoria na qualidade de vida e uma sustentabilidade para esse núcleo familiar. Verifica-se que no ano de 2015, os recursos destinados à promoção do Bolsa Família na região nordestina representam 49,9% do total investido no programa.

Segundo dados do IBGE (2005), no período de 1990 a 2006 o grau de indigência reduziu 54,3%, ou seja, passou de 41,8% para 19,1%; a pobreza também teve uma redução de 33,5%, passando de 69,6% para 46,3%.

Gráfico 11 – Brasil e Nordeste: Índice de Gini (2007-2014).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2014. Elaboração: Autor.

O índice de Gini, que representa o cálculo do nível de desigualdade social, apresentou uma redução de 8,93% na região nordeste, ao longo de período de 2007 a 2014, como nos mostra o gráfico acima.

O Bolsa Família também conseguiu outros avanços, tais como a redução do trabalho infantil através da instituição da portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005⁷, a qual deliberava a vinculação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Com essa ação, todas as crianças do PBF devem estar fora de algum trabalho, que explore a sua força, associando também a tais o direito de participarem de ações socioeducativas ofertados pelo programa PETI, pois, dentro dessas ações são oferecidos cursos, aulas de flauta, entre outros aparatos educativos. Essas ações visam tornar a vida de muitas crianças mais saudáveis, possibilitando a construção de um futuro mais próspero. Além disso, com a integração dos programas, foi possível aprimorar a gestão e ampliação da cobertura para as famílias enquadradas nos critérios de seleção (ALVES, 2008).

⁷ Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

3.4 IGD: IMPLEMENTADOR DA POLÍTICA DO BOLSA FAMÍLIA

Desde abril de 2006, quando foi criado, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), tem-se promovido a melhoria da gestão do Programa, tanto em ações de cadastramento das famílias, como no acompanhamento das condicionalidades e na oferta de ações complementares. (MDS, 2009).

IGD é uma ferramenta importante adotada pelo MDS, para estimular os municípios a investir na qualidade da gestão social do Bolsa Família, cujo processo é estimulado através de apoio financeiro aos que apresentarem uma avaliação da sua gestão local de qualidade.

A avaliação é feita pelo MDS, onde o IGD mede o desempenho dos municípios na gestão do Programa e do CadÚnico, considerando a qualidade dos registros cadastrais das famílias (validade e atualização dos cadastros) e o acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação. Com base nos resultados apurados por intermédio do IGD, os municípios que apresentam bom desempenho recebem mensalmente recursos para investir em atividades voltadas à gestão do Bolsa Família. (MDS, 2009).

O IGD é índice que varia de 0 a 1 e que avalia a qualidade da gestão local, objetivando avaliar mensalmente a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico em cada município e a partir dos resultados identificados oferece apoio financeiro para que os municípios melhorem sua respectiva gestão.

O IGD é calculado com base em quatro variáveis com informações específicas, estas variáveis são denominadas abaixo:

- Qualidade e integridade das informações do Cadastro Único;
- Atualização da base de dados do Cadastro Único;
- Informações sobre o cumprimento das condicionalidades de Educação;
- Informações sobre o cumprimento das condicionalidades de Saúde (MDS, 2015).

Para IGD-M, apurado para cada município e para o Distrito Federal, é multiplicado por um valor de referência, que é de R\$ 3,25 e pelo total de cadastros válidos e atualizados das famílias com renda mensal por pessoa de até meio salário-mínimo (MDS, 2015).

O recurso é repassado mensalmente, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os Fundos Municipais. Estes recursos são destinados para a implementação das políticas sociais municipais existentes e para Implementação de programas complementares para famílias beneficiárias do PBF nas áreas: alfabetização e educação de jovens e adultos e capacitação profissional. Os recursos do IGD também podem ser reinvestidos em atividades que melhorem a gestão das atividades do Bolsa Família. Nesta preceptiva o Governo Federal acredita aprimorar o PBF, tornando-o em uma política promotora da emancipação econômico-social da população em estado de pobreza.

Diante das grandes mudanças vividas no contexto nacional, no âmbito das políticas de segurança social e de transferência de renda direta, com a criação do Bolsa Família, e mediante a sua importância nacional, onde atualmente atende mais 13 milhões de famílias, pretendemos, adiante, analisar os impactos socioeconômicos do programa no município de Umarizal/RN.

4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UMARIZAL/RN

O município de Umarizal está situado na mesorregião Oeste e microrregião de Umarizal, do Estado do Rio Grande do Norte, a uma distância da capital, Natal de aproximadamente de 362 km. Seu acesso é efetuado através das rodovias pavimentadas BR-304 (Mossoró – Natal), RN-233 e RN-117 (IBGE, 2010).

No começo do século XVIII, tinha início um povoamento às margens do riacho Umarí e a primeira preocupação dos novos donos foi implantar fazendas de criação de gados e lavouras. Inicialmente a comunidade fora denominada de Gavião, em virtude de partes das terras pertencentes ao Padre João Paiva, ficarem na nascente do riacho Gavião. Dada uma acentuada prosperidade econômica, o Senado da Câmara de Natal nomeia em março de 1741, o juiz de vintena, Bonifácio Soares Guedes para atender às demandas da localidade (IBGE, 2010).

No início do século XIX, no povoamento de Gavião já existiam muitas moradias e grandes fazendas de atividades rurais, pois o povoado continuava a crescer às margens do riacho Gavião. Porém, por decisão de Martins, em 1925, o nome do povoado fora mudado para Divinópolis (IBGE, 2010).

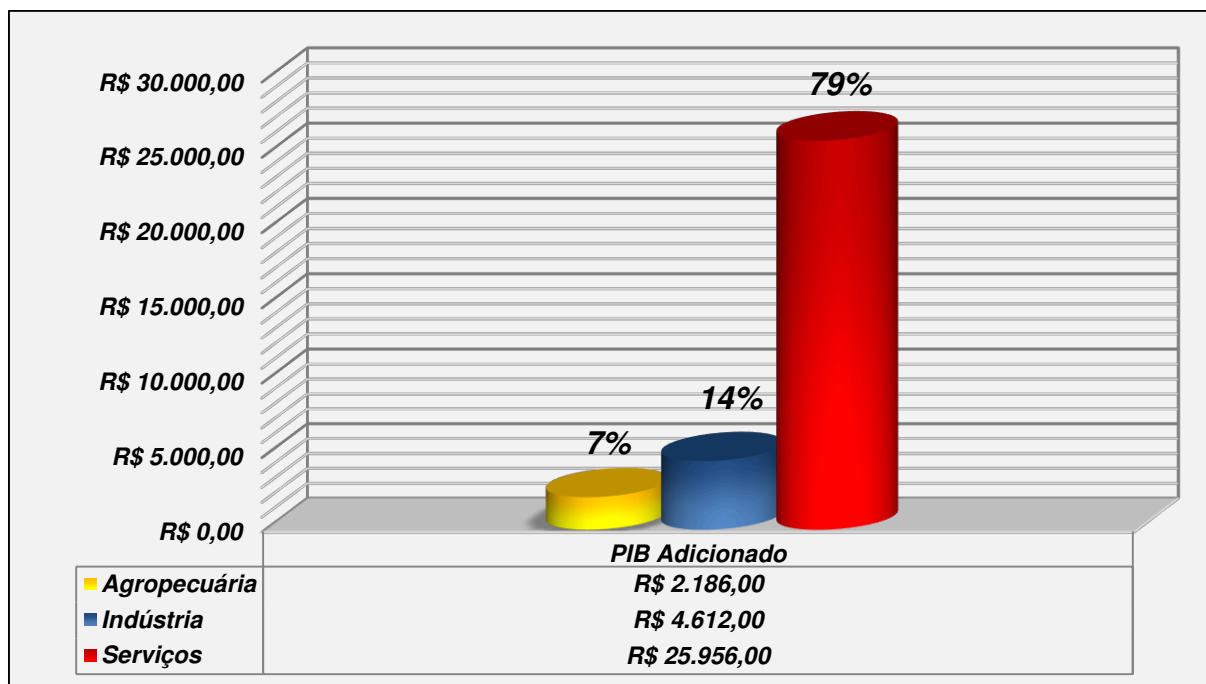
Em 1943, em meio ao fortalecimento econômico vivido, tem o seu nome mudado novamente, passando a se chamar Umarizal, até a atualidade; nome este que fez referência à grande quantidade de umarizeiras existentes na região. Árvore esta que consegue, mesmo em período de estiagem, molhar o solo debaixo de sua copa com gotejamento, sendo conhecida como a árvore que verte água (IBGE, 2010).

No dia 27 de novembro de 1958, pela Lei nº 2.312, Umarizal desmembrou-se de Martins e tornou-se município. Segundo dados referentes ao censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Umarizal possui uma área territorial de aproximadamente 213,584 km² e é composto de uma população de 10.659 habitantes, com estimativa populacional de 10.835 habitantes no ano de 2015. Umarizal limita-se com os seguintes municípios: Apodi, Martins, Lucrécia, Almino Afonso, Rafael Godeiro, Olho D' Água dos Borges, Viçosa e Riacho da Cruz (IBGE, 2010).

No que diz respeito à economia, o setor primário, destaca-se pela agricultura familiar, já que o clima quente e semiárido dificulta a prática da agricultura convencional, o que passa a exigir tecnologias que possam adequa-se ao semiárido. O feijão e o milho, além do cultivo de hortaliças, são os principais produtos agrícolas.

O setor de maior representatividade, é o terciário, composto essencialmente pela prestação de serviços e comércio, focando principalmente o comércio de móveis e eletroeletrônicos, os quais no ano de 2013, representaram 25.956 mil reais do valor do PIB da cidade, como mostra o gráfico 12. O setor industrial municipal, é representado por algumas indústrias de pequeno porte.

Gráfico 12 – Produto Interno Bruto (PIB) de Umarizal/RN (2013).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2013. Elaboração: Autor

Observa-se que Umarizal, é um município interiorano, com uma base econômica basicamente terciária, representando 79% do PIB municipal, com caráter informal, de mercado bastante saturado.

Do ponto de vista social, Umarizal apresenta, na sua parte educacional, 18 unidades ensino do 1º a 9º ano, com 1.774 matrículas anuais, e 2 escolas de ensino médio, com 513 alunos matriculados, segundo dados do IBGE no ano de 2012. Diante de outras características sociais do município, segundo o IBGE (2012), existem na cidade 11 estabelecimentos de saúde, sendo 8 municipais e 3 privados, mas que somente duas unidades oferecem serviços de internamento. Além disto, a cidade desfruta de outros serviços e atendimentos nas áreas: de fisioterapia, fonoaudiologia, ortopedia, cardiologia, psicologia e odontologia.

No que diz respeito aos serviços de assistência social ofertados pelo município, destacamos alguns programas que atendem prioritariamente famílias beneficiadas pelo Bolsa Família, como: O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que oferece cursos de capacitação profissional, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que trabalha diretamente no combate à violência, e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SFCV) que fornece serviços de atenção ao deficiente físico, à crianças, aos adolescente e ao idoso.

Segundo dados do IBGE, no ano de 2003, a incidência de pobreza no município de Umarizal, apresentou um percentual de 67,07. Este percentual apresentado de pobreza, torna parte da população dependente de benefícios sociais, sendo estes responsáveis pela rentabilidade de muitas famílias pertencentes a tal município. Dentro deste contexto, o Programa Bolsa Família ganha destaque por englobar modelos organizacionais de programas anteriores, almejando a melhoria de vida a partir do fortalecimento de serviços básicos garantidos na constituição, tais como: saúde e educação. (IBGE, 2010).

5 METODOLOGIA

Nesta seção, será abordada a metodologia da pesquisa, onde serão observados os métodos de abordagem e de procedimento da pesquisa; a classificação desta quanto à natureza, meios e fins; o critério de escolha da população pesquisada, bem com os instrumentos adotados na pesquisa.

5. 1. OS MÉTODOS DE ABORDAGEM E DE PROCEDIMENTO

O método de abordagem utilizado durante o processo de pesquisa foi o dedutivo, devido à sua característica. Como define Gil (1991), o raciocínio dedutivo parte de uma verdade geral já estabelecida e converge em um entendimento particular de premissas, através do uso da dedução. No que diz respeito aos métodos de procedimento utilizados, destacamos os métodos histórico, comparativo e estatístico. O método histórico se faz de um conjunto de técnicas utilizadas para descrever os acontecimentos históricos ocorridos e registrados (GIL,1991). Método comparativo, pela sua característica de investigar indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, na busca de ressaltar diferenças e similaridades entre tais (GIL,1991). E por fim o estatístico. Segundo Gil (1991), mediante a utilização de testes estatísticos, torna-se possível determinar, em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão, reforçando conclusões obtidas mediante a experimentação e a observação.

5. 2. A NATUREZA DA PESQUISA

No tocante à natureza da pesquisa, a mesma é caracterizada como sendo de ordem quali-quantitativa. Qualitativa por ter a característica de analisar a interação de determinadas variáveis e de compreender o comportamento delas dentro de um determinado grupo social (RICHARDSON, 1999). Assim, fazemos uso de tal pesquisa devido à natureza do estudo, que é de analisar os impactos socioeconômicos do Programa Bolsa Famílias nas famílias beneficiadas em Umarizal/RN. Quantitativa, por buscar descrever os fenômenos fazendo uso de mensuração através de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999) e por causa da obtenção de informações junto a

diversas entidades destacando entre elas: O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Secretária Nacional e Renda de Cidadania (SENARC) (fontes secundárias), e também através de pesquisa de campo (fonte primária).

5. 3. OS MEIOS E OS FINS

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, podemos classificar a pesquisa como sendo bibliográfica, por ser desenvolvida a partir de contribuição de diversos autores acerca de um determinado assunto (GIL, 1991); documental, por se utilizar de fontes que não receberam um determinado tratamento analítico (GIL,1991), como dados secundários obtidos em sites e revistas, e por último, de campo, onde observamos os fatos e fenômenos ao redor em tempo real, obtendo os dados junto às pessoas componentes da amostra a ser pesquisada.

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa descritiva-explicativa. Descritiva por ter como objetivo primordial descrever as características de determinada população ou fenômeno, fazendo uma ponte entre as variáveis do estudo, (GIL,1991). Explicativa, por procurar identificar e explicar os fatores que contribuem para a ocorrência determinados fatos ou fenômenos (GIL,1991).

5. 4. INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Para o presente trabalho, devido à caracterização do tema e do objeto de estudo, foram utilizados recursos teóricos. A pesquisa teórica é baseada no estudo de fontes bibliográficas e documentos, formados de textos, livros, artigos, revistas e sites que tratam do tema, possibilitando uma fundamentação teórica bem elaborada e um melhor entendimento sobre o assunto a ser pesquisado. Também foram coletados dados junto às várias instituições relacionadas ao Bolsa Famílias, dentre elas destacam-se: O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Secretária Nacional de Renda de Cidadania (SENARC).

No que diz respeito à análise e coleta direta de dados junto aos sujeitos envolvidos na pesquisa, utilizou-se de procedimentos metodológicos que determinassem uma amostra que levasse à conclusão dos questionamentos, além de

possibilitar um contato direto com a população, dando suporte para todo o universo populacional a que se direciona a pesquisa.

Em relação aos elementos da pesquisa, estes se definem por famílias pobres, que se enquadram dentro dos critérios exigidos para ingresso no PBF no município de Umarizal/RN, que atualmente, segundo dados coletados no Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), totalizam o número de 1.869 famílias beneficiadas no município (CEF, 2016).

Para a definição da amostra, foi utilizado um método probabilístico, sendo que a amostra foi encontrada a partir da equação estatística (1), contida em Gil (2002), onde o universo considerado foi a população beneficiada pelo PBF, representado por um nível de confiança de 90%, tendo como tolerância de erro de $\pm 5\%$. O resultado apresentado pela amostra foi de 237 famílias escolhidas para a realização da entrevista.

$$n = \frac{\sigma^2 p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 p \cdot q} \quad (1)$$

n = tamanho da amostra;

σ = nível de confiança escolhido, expresso em número de desvio-padrão;

p = porcentagem com o qual o fenômeno se verifica;

q = porcentagem complementar ($q = 1 - p$);

N = tamanho da população;

e^2 = erro máximo permitido.

Depois de definida a amostra, o acesso as famílias se deu de forma aleatória. As entrevistas foram elaboradas de maneira a universalizar todos os questionamentos surgidos durante o estudo do tema, buscando assim cumprir os objetivos da pesquisa. As entrevistas foram realizadas no mês de março de 2016. Buscou-se encontrar, através das entrevistas, a ligação do PBF com a renda da família, bem como avaliar as condições socioeconômicas das famílias beneficiadas.

Depois de feita a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados e convertidos em gráficos, facilitando assim a verificação das análises quantitativas e qualitativas, colaborando para a resolução dos questionamentos levantados pelo estudo.

6 OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE UMARIZAL/RN.

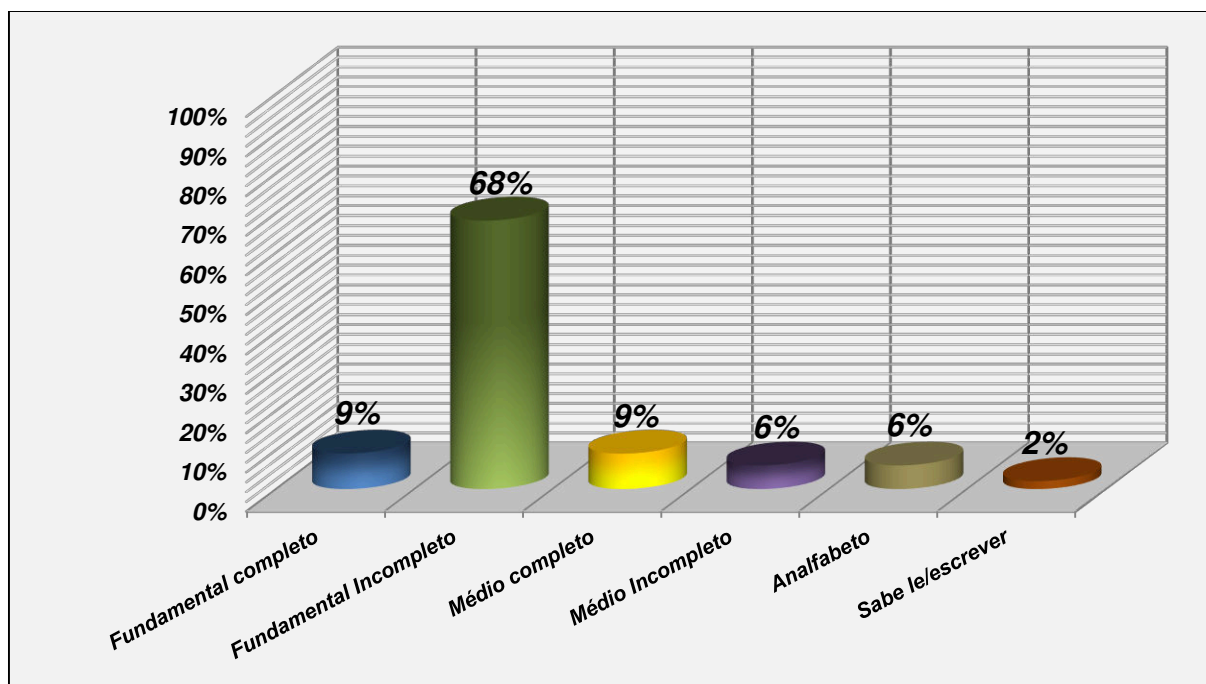
Este trabalho busca analisar os impactos socioeconômicos do PBF nas famílias beneficiadas no município de Umarizal. Para a realização da avaliação foi utilizado o método de entrevistas com as famílias beneficiadas, de acordo com a fórmula algébrica 1, o tamanho da amostra obtidas foi de 237 famílias amostra para o estudo.

Depois de realizadas as entrevistas, e com os dados coletados e tabulados, passa-se ao processo de análise e interpretação destes. Desta forma, a análise foi dividida em dois blocos, para melhor compreensão do estudo. O Primeiro grupo é o das características sociais, composto por informações referentes à educação, saúde e alimentação. O segundo grupo é o das características econômicas contendo dados pertinentes à renda e ao consumo das famílias estudadas.

6.1. CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF.

No que diz respeito às características sociais das famílias beneficiadas pelo PBF, pode-se verificar baixos níveis educacionais entre os adultos, como mostra o gráfico 13, embora existam várias instituições de ensino no município, divididas pelas diversas classes do ensino.

Gráfico 13 – Grau de escolaridade do responsável familiar - Umarizal/RN (2016).

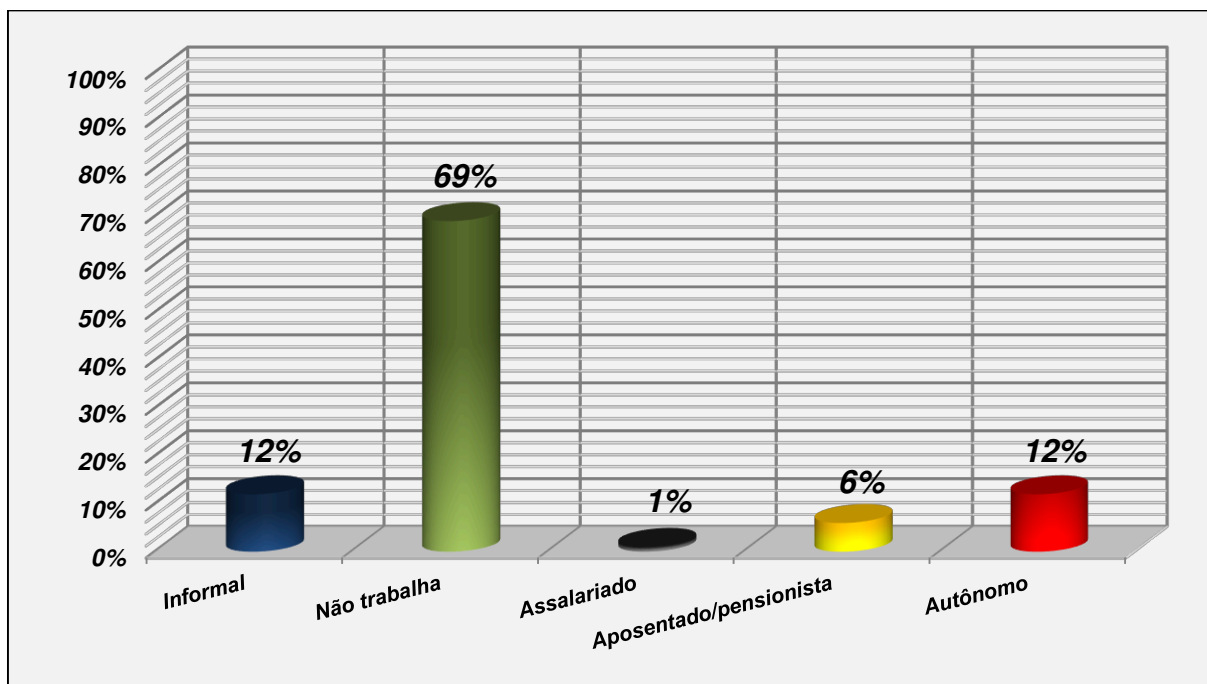


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

O gráfico acima, mostra que 68% dos responsáveis familiares possuem somente o ensino fundamental incompleto, enquanto 9% dos entrevistados apresenta o ensino médio completo. Porém, ainda existe alguma representação dos segmentos analfabetos e daqueles que se denominam saberem, somente ler e/ou escrever, com respectivamente 6% e 2%, nenhuma responsável familiar possui nível de escolaridade superior.

Quanto à situação no mercado de trabalho, o gráfico 14, mostra que 69% do total de responsáveis familiares, encontram-se desempregados ou em situação de não trabalho. Em segundo lugar, encontramos as categorias, de trabalho informal e autônomo, com 12% cada, seguidos pelas categorias de aposentados/pensionistas (6%), e assalariados (1%). A situação apresentada do mercado de trabalho é reflexo do baixo nível de desenvolvimento econômico da região, onde há baixa oferta de trabalho. Outro fator, é que 84% dos responsáveis familiares entrevistados são mulheres, em sua maioria donas de casa. Tais aspectos possibilitam a concentração de pessoas dependentes desses benefícios sociais.

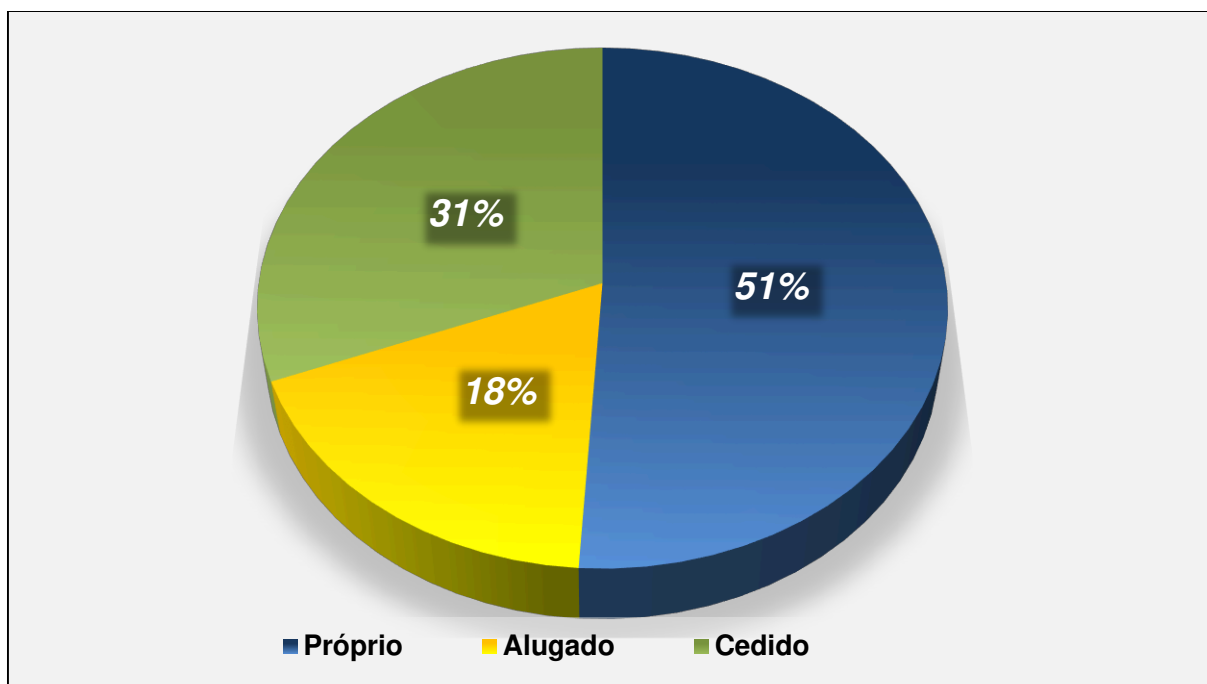
Gráfico 14 – Situação no mercado de trabalho do Responsável Familiar - Umarizal/RN (2016).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

Embora seja esta a realidade do município, um dado positivo encontrado na pesquisa é mostrado pelo gráfico 15, no qual observa-se que mais da metade dos domicílios são próprios. Com relação a situação dos domicílios, dos 237 pesquisados, 230 apresentaram os serviços básicos de água e/ou energia elétrica instalados, correspondendo a 97% do total.

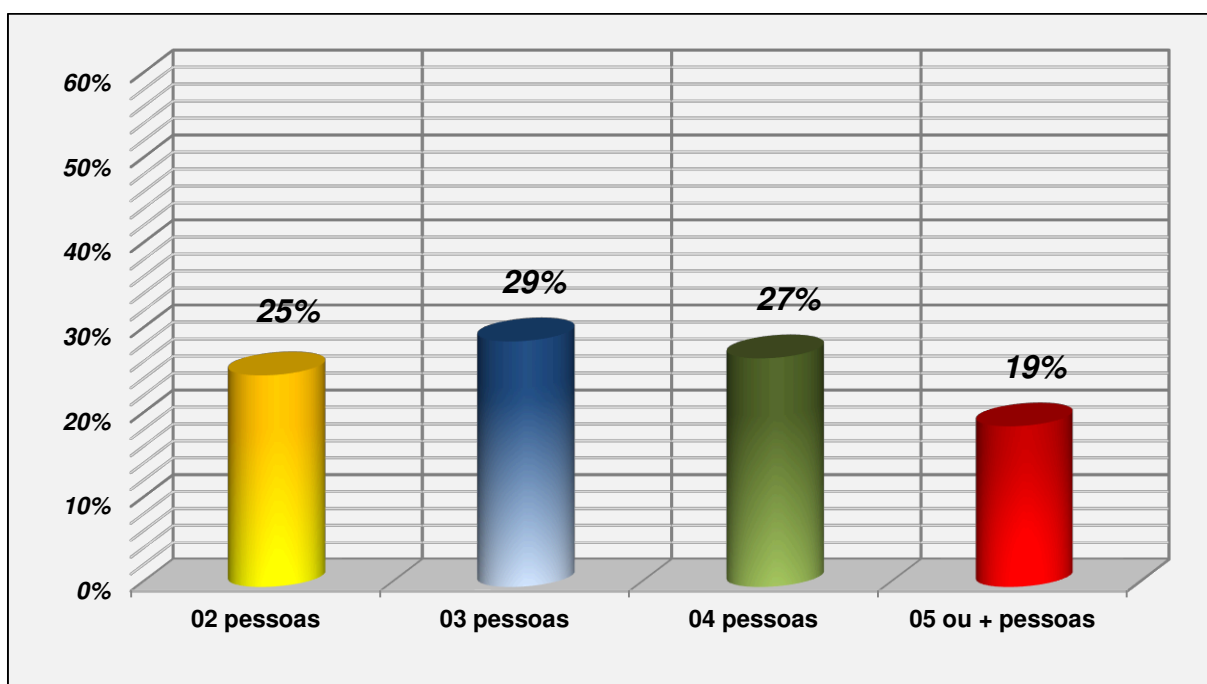
Gráfico 15 – Situação do domicílio da família - Umarizal/RN (2016).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

Observamos no gráfico 15, que 51% das famílias entrevistadas possuem domicílio próprio, provenientes de programas habitacionais (casas populares), 31% informaram que o domicílio é cedido por familiares e 18% das famílias pagam aluguel.

Gráfico 16 – Quantidade de pessoas residentes por domicílio - Umarizal/RN (2016).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

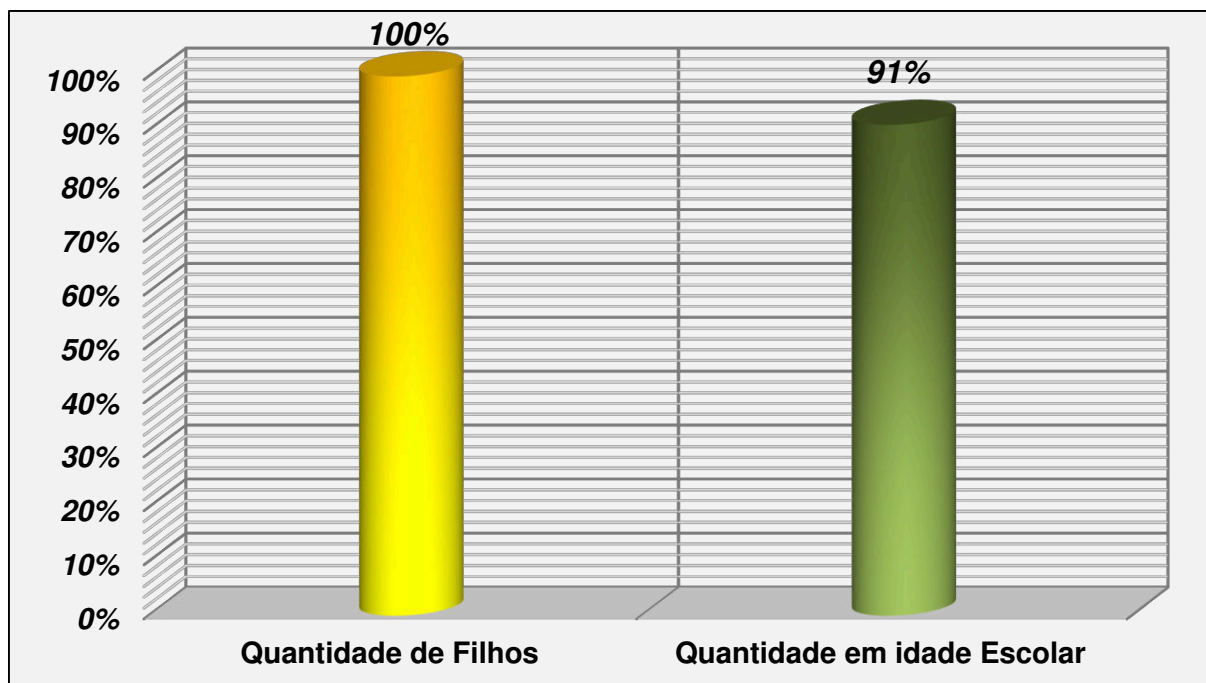
O gráfico 16 mostra o número de pessoas residentes por domicílio, no qual 29% dos domicílios pesquisados apresentam 03 pessoas, sendo esta a maior representação percentual. Por outro lado, os domicílios com 05 ou mais pessoas representam apenas 19% do total, o que demonstra controvérsias em relação algumas críticas direcionadas ao programa, como mencionado por Castro (2009), em que grande parte da população acredita que o PBF, estimula a família a ter mais filhos, para obtenção de mais benefícios.

O número médio de pessoas por domicílio, com base nos dados obtidos é de 3,36 pessoas, em 108 dos domicílios. Ou seja, 46% estão acima da média e 129 (54%) estão abaixo da média.

Ainda analisando a composição familiar, descobriu-se que 66% das famílias apresentam até 02 filhos dependentes da renda. Por outro lado, apenas 16% das famílias é composta por 03 ou mais filhos, e 18% das famílias não possuem filhos em sua composição.

O gráfico 17, faz um comparativo entre o número de filhos dependentes da renda, com o número de crianças/adolescentes e jovens em idade escolar, inscritos e frequentes, permitindo visualizar a realidade educacional vivida pelas famílias, considerando que o PBF é atuante nesta área através de condicionalidades.

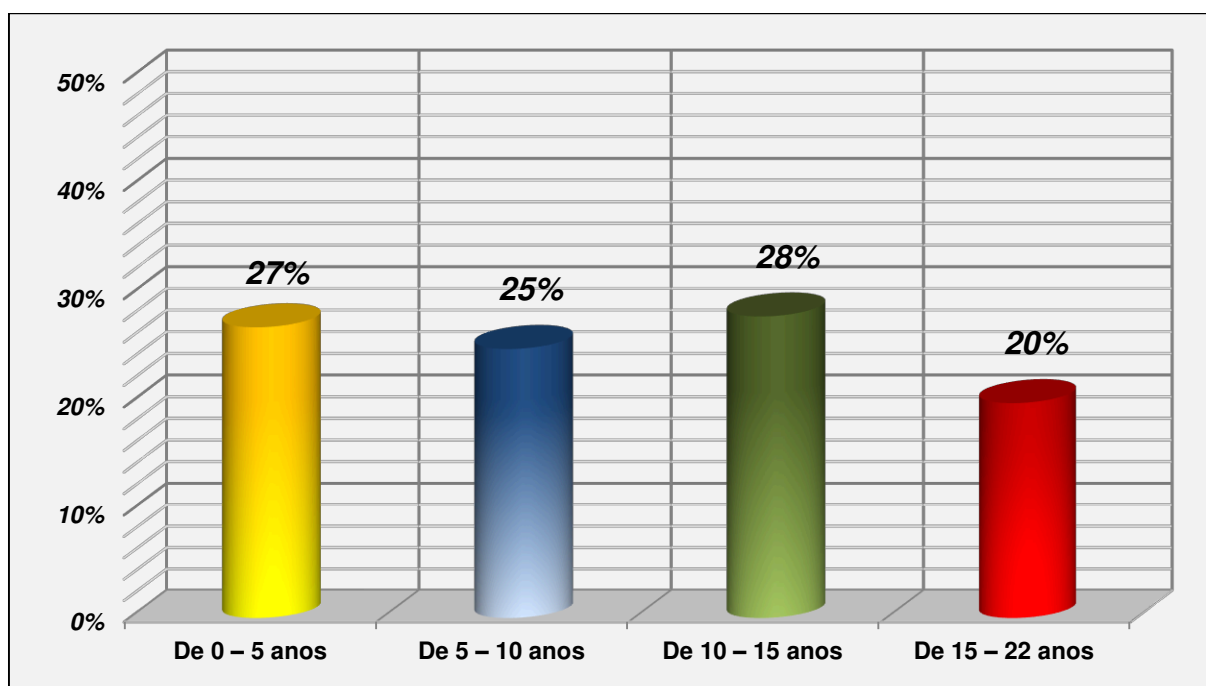
Gráfico 17 – Quantidade de filhos dependes da renda x crianças/adolescentes e jovens em idade escolar - Umarizal/RN (2016).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

Dessa forma, 91% dos filhos, das famílias entrevistadas, estão em idade escolar. Dos quais, a faixa etária com maior representatividade de crianças/adolescentes inscritos no programa é a de 10-15 anos, com 28% do total. As demais faixas ficam representadas da seguinte forma: de 0-5 anos com 21%; de 5-10 anos com 25%; e de 15 -22 anos com 20%. A presença de 20% com faixa etária entre 15-22 anos, se dá pela integração do BVJ ao Bolsa Família, nível de benefício que atende, jovens dentro desta faixa etária. Observa-se, dessa maneira, que o PBF está atendendo efetivamente a faixa de 10-22 anos, uma faixa propensa à evasão escolar, demonstrando assim que as famílias estão cumprindo as condicionalidades propostas pelo programa em busca de uma qualidade de vida melhor, através do aprimoramento educacional.

Gráfico 18 – Faixa etária das crianças/adolescentes e/ou jovens inscritos no PBF - Umarizal/RN (2016).



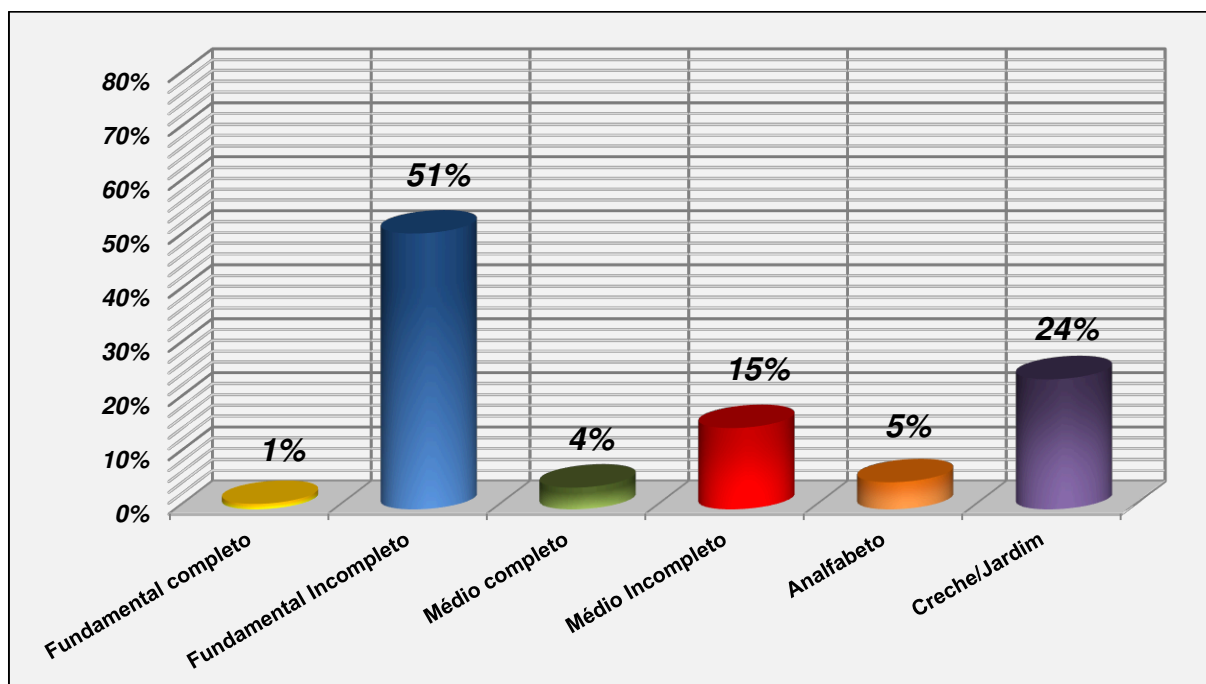
Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

Quanto à escolaridade das crianças/adolescentes pesquisados, 51% do total encontram-se cursando o ensino fundamental, e 15% estão cursando o ensino médio; apenas 4% apresentam o nível médio completo, como demonstra o gráfico 19 a seguir. Observamos ainda uma boa representatividade da faixa de 0-5 anos das crianças inscritas no programa e um percentual de 24% presentes nas creches, fato

esse alavancado pelo Brasil Carinhoso, ação integrada do Programa Brasil Sem Miséria, estimulando os municípios a ampliar a oferta de matrículas em instituições de educação infantil e melhorar o atendimento (PORTAL BRASIL, 2016); os 5% apresentados de analfabetos são conferidos às crianças entre a faixa etária de 0-5 anos, contudo, não têm idade escolar ou não estão matriculadas em creches ou unidades educacionais infantis.

O outro aspecto importante observado na pesquisa, é que houve uma melhora na frequência escolar das crianças/adolescentes e jovens. Constatou-se que 16% das famílias pesquisadas informaram que as frequências escolares dos seus filhos melhoraram após o ingresso no programa Bolsa Família, o que demonstra a efetividade das condicionalidades na promoção social das famílias atendidas pelo programa. Tais contrapartidas ainda estimularam 58% das famílias, a permanecerem com ótimos índices de frequência escolar.

Gráfico 19 – Grau de escolaridade das crianças/adolescentes e/ou jovens inscritos no PBF - Umarizal/RN (2016).

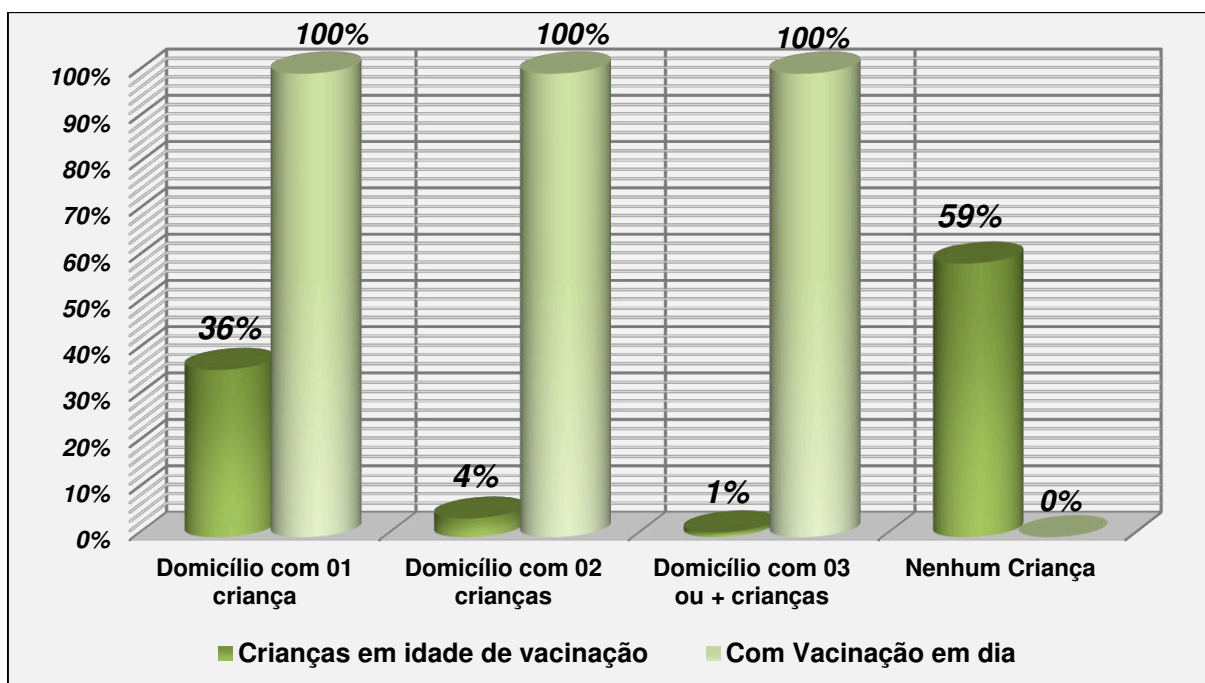


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

No que diz respeito à saúde, as famílias apresentaram dados positivos tanto no que se refere à cobertura do programa na área da saúde, como no cumprimento das condicionalidades do PBF. Existe a questão da vacinação de crianças, bem como

o acompanhamento das gestantes existentes no domicílio, como atribuições para o cumprimento esperado dos objetivos do PBF. O Gráfico 20 demonstra, o número de domicílios com crianças em idade de vacinação (0-7 anos), relacionando o percentual de crianças com vacinação em dia. Dentre os domicílios pesquisados, 140 (59%) não possuem crianças em idade de vacinação. Contudo, os 41% dos domicílios que apresentaram crianças em idade de vacinação, exibiram o cumprimento do quesito relacionado à vacinação, conferindo uma cobertura de 100% no acompanhamento do PBF das atividades referentes a saúde infantil.

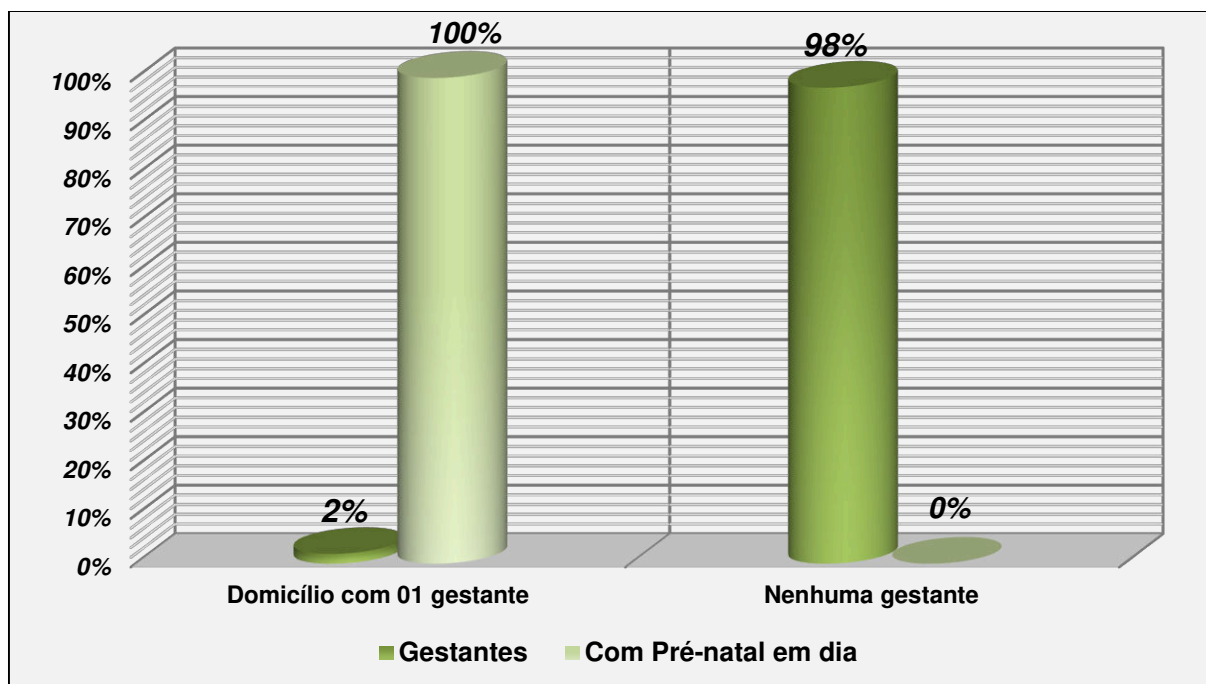
Gráfico 20 – Quantidade de domicílios com crianças de 0-7 anos (em idade de vacinação) - Umarizal/RN (2016).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

Na condicionalidade, que é direcionada ao acompanhamento das gestantes integrantes do PBF, observamos 100% dos domicílios com gestantes, com as consultas e procedimentos pré-natais em dias.

Gráfico 21 – Quantidade de gestantes por domicílios - Umarizal/RN (2016).

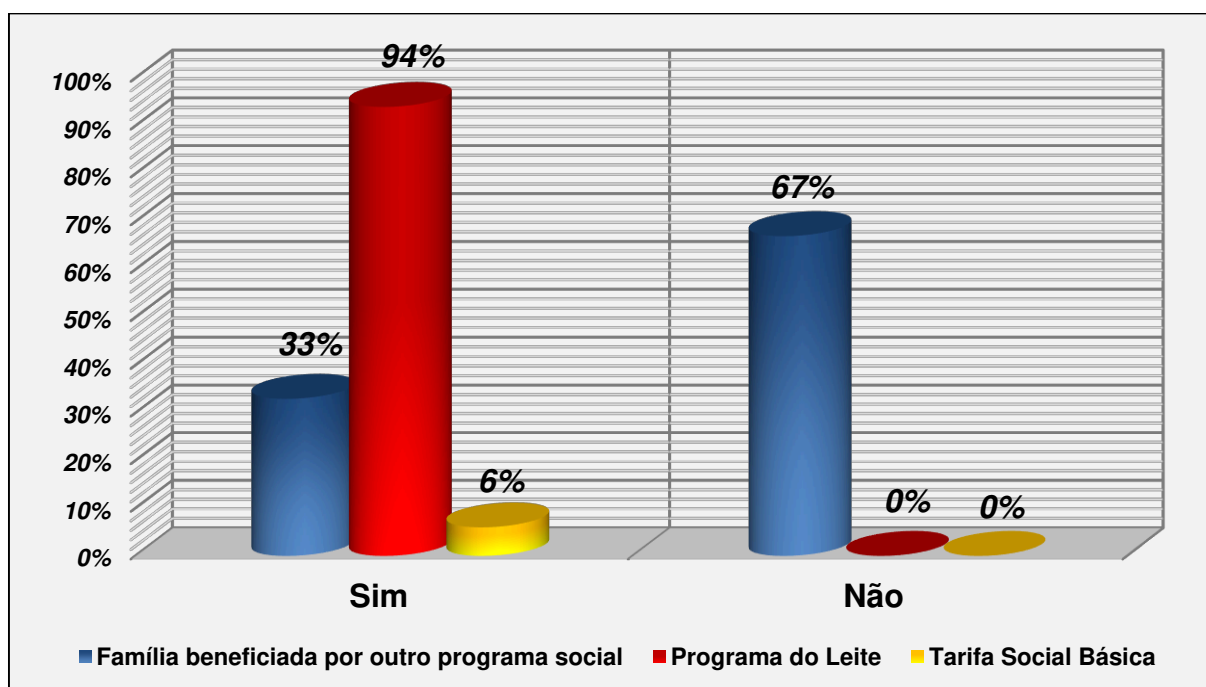


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

Por ser um município interiorano, em relação às condições de saúde, de forma geral, Umarizal apresenta dificuldades quanto à saúde, devidas à não disponibilização de unidades adequadas de saúde e médicos especialistas nas diversas áreas médicas. No entanto, 66% das famílias entrevistadas afirmaram que a saúde familiar melhorou após o ingresso no PBF, enquanto 31% do total disseram que a saúde não sofreu nenhuma modificação e apenas 3% afirmaram uma piora, nos serviços após o seu ingresso. Essa melhora é possibilitada, mesmo que indiretamente, pelo programa Bolsa Família, pela disponibilidade de medicamentos e serviços de saúde ofertados aos beneficiários do programa, através do monitoramento do cumprimento das atribuições do mesmo pelas famílias, ou até mesmo, pela compra de medicamentos com o benefício recebido.

O Bolsa Família, como política social relaciona-se com outras estratégias/programas para o enfrentamento e combate da desigualdade social, com vistas a assistir as famílias vulneráveis em serviços básicos de saúde, educação e segurança alimentar; integrando uma rede sócio assistencial. Dessa maneira, os beneficiários do PBF, podem ser integrantes de outros programas sociais. O gráfico abaixo relaciona, a quantidade de famílias que participam de outro programa além do Bolsa Família.

Gráfico 22 – Quantidade de famílias participantes de outro programa social - Umarizal/RN (2016).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

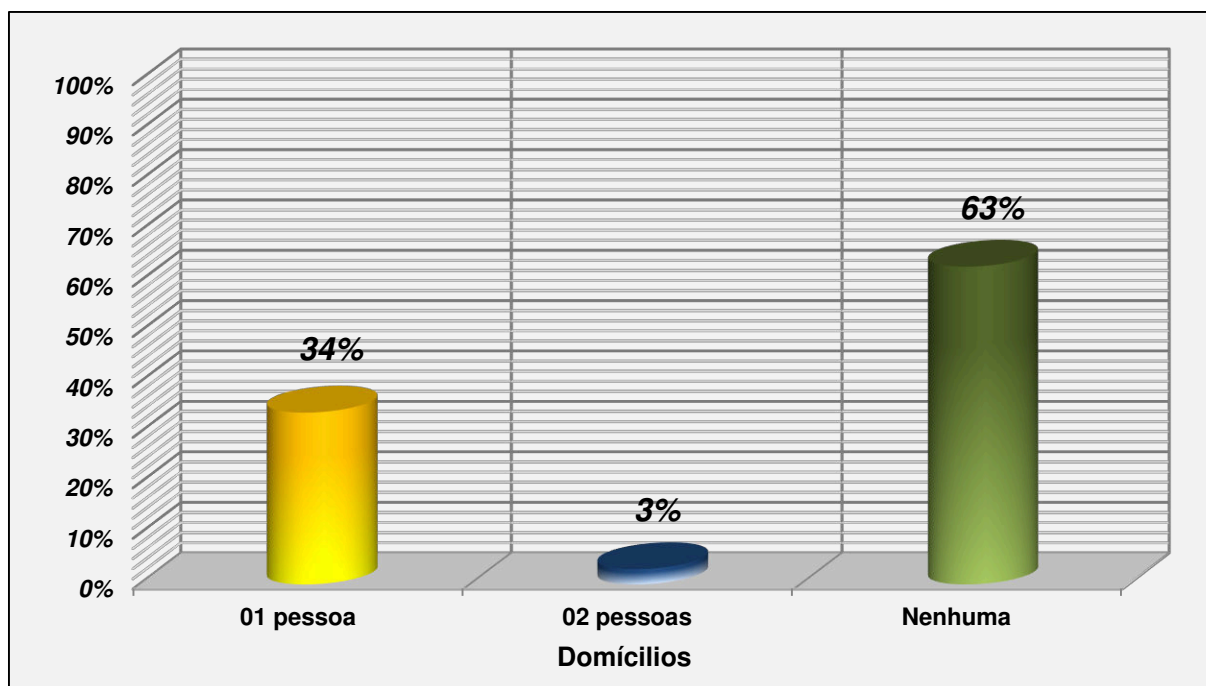
Observamos que 33% dos beneficiários do PBF, também são participantes de outros programas sociais, dos quais, 94% são beneficiados pelo programa do leite, uma parceria entre o MDS e o Governo do Estado, visando diminuir a vulnerabilidade social com o combate à fome e à desnutrição (EMATER/RN, 2016). 6% dos beneficiários do PBF informaram receber redução no valor da conta de luz, por participarem do programa Tarifa Social Básica. Os usuários do PBF, são ainda público-alvo prioritário do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que ofertada serviços de acompanhamento psicológico, fortalecimentos de vínculos familiares, cursos profissionalizantes e ações voltadas a geração de renda e trabalho.

Feita análise das características sociais das famílias pesquisadas, passa-se a avaliar a situação econômica destas, na busca para compreender os impactos econômicos proporcionados pelo PBF no município de Umarizal/RN.

6.2. CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PBF.

Para compreender a realidade econômica das famílias entrevistadas, começa-se a analisar de que forma é oriunda a renda familiar, em busca de identificar quais tipos de rendimentos são componentes econômicos destas famílias. Nesta perspectiva, o gráfico 23 mostra o número atual de pessoas em situação de trabalho por domicílio, onde 34% do total de domicílios da pesquisa apresenta somente uma pessoa trabalhando, em parte, os próprios responsáveis familiares. Outro fato importante é que 63% do total dos domicílios não apresentam nenhuma pessoa em situação de trabalho. A presença de tais números confirma o que já foi exposto anteriormente, o baixo desenvolvimento econômico da região Alto Oeste Potiguar, ligado a um mercado local saturado que leva, muitas famílias a não possuir a garantia de emprego, dada a circunstância de não haver muitas indústrias ou empresas para suprir a demanda da mão-de-obra, o que acarreta a dependência de benefícios, sejam eles previdenciários ou sócio assistencialistas.

Gráfico 23 – Quantidade de pessoas em situação de trabalho no domicílio - Umarizal/RN (2016).

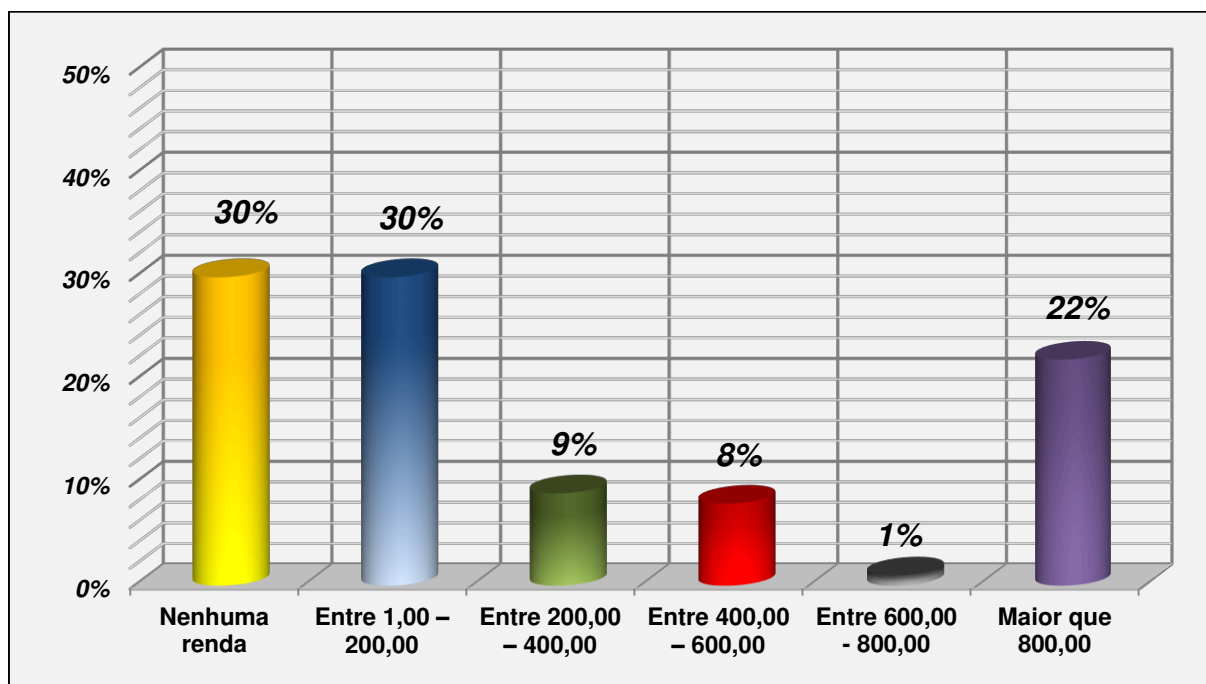


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

A questão do trabalho dentro da família, mostra que grande parte dos domicílios pesquisados apresenta somente uma pessoa trabalhando, fato este que se assemelha à condição mencionada por Henrique (2000), quando diz que o país passa por dificuldades de crescimento e o mercado torna-se incapaz de absorver a mão-de-obra ofertada. Desta forma, o município, tal como o país, não tem como possibilitar uma capacidade de absorção suficiente para inserir a mão-de-obra ofertada dentro da localidade.

Dada esta situação, foi possível constatar que nos 16% do total de domicílios há a presença de pelo menos um aposentado/pensionista, o que reforça a questão da dependência de benefícios assistencialistas. Esta realidade é descrita por Melo (2005), ao ponto de que os trabalhadores pobres são mal remunerados, e ocupam trabalhos pouco qualificados, assim alimentando a pobreza e agravando a insegurança trabalhista e de renda.

Gráfico 24 – Nível de renda das famílias – sem o valor do benefício do Bolsa Família (em R\$) - Umarizal/RN (2016).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

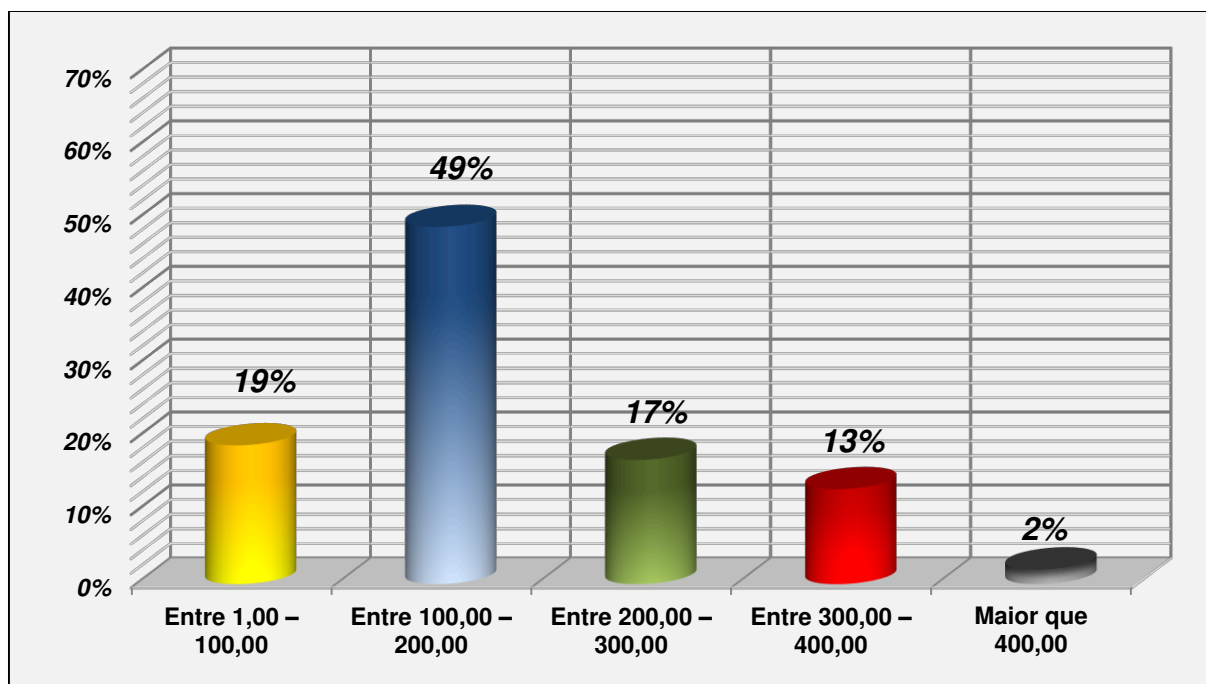
De acordo com os dados, encontramos dois níveis de renda com a representatividade 30%: a faixa entre R\$ 1,00 – 200,00 e a situação de inexistência de renda, fato este que complementa a análise da existência de um bom número de

peessoas sem trabalho. Dentro das outras faixas de renda, encontramos 9% das famílias com renda mensal entre R\$ 200,00 – 400,00; 8% com renda mensal entre R\$ 400,00 – 600,00; 1% com renda mensal entre R\$ 600,00-800,00 e uma parcela das famílias com renda mensal acima de R\$ 800,00, composta de 12% do total. A presença de famílias com renda mensal acima de R\$ 800,00, nos leva a entrar em discussão quanto aos critérios de seleção adotados pelo PBF. Dada esta situação levantamos duas hipóteses: A primeira é que a família apresente um número grande membros. A outra é que existem falhas na administração e gestão local do programa, ao permitir que pessoas que não se adequam aos critérios de elegibilidade para obtenção de recursos sociais estejam recebendo esses benefícios.

Das famílias entrevistadas, apenas 2% possuem outras fontes de renda, sendo em sua maioria provenientes de pensões alimentícias e ajudas financeiras de familiares que moram em outras cidades, representando um acréscimo médio de R\$ 158,00 mensais, sobre a renda destas famílias.

O Estado, como mecanismo regulador da sociedade, em suas atribuições, procura minimizar os impactos causados pelo mercado sobre as classes desfavorecidas, gerenciando programas e políticas de geração e de transferência de renda direta, com grande destaque para o PBF. Como foi observado, boa parte da população não possui algum tipo de renda, o que torna essa classe passível de ser público-alvo de políticas sociais. O gráfico 25 mostra os valores dos benefícios recebidos pelas famílias pesquisadas.

Gráfico 25 – Valor recebido do Bolsa Família (em R\$) - Umarizal/RN (2016).

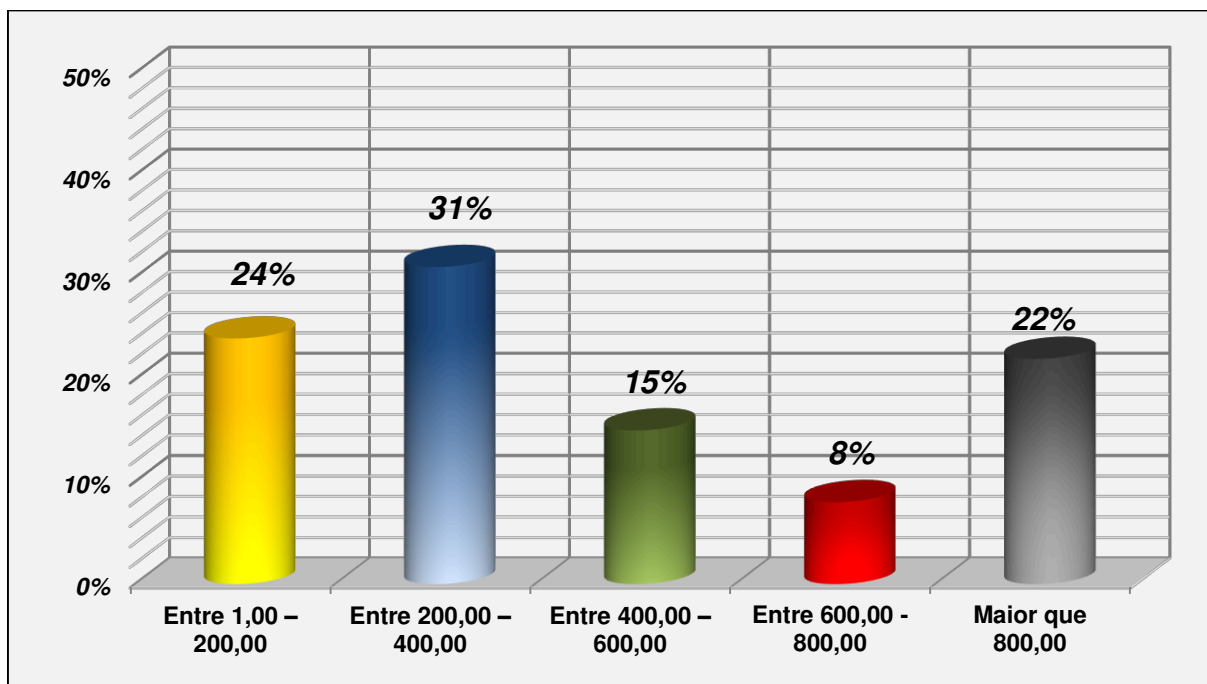


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

O valor recebido do PBF mensalmente pelas famílias é transferido de acordo com os seus critérios de seleção, enquadrando desta forma as pessoas no nível de benefício adequado à sua condição avaliada. Neste parâmetro, como mostra o gráfico, 49% das famílias recebem mensalmente do Bolsa Família entre R\$ 100,00 – 200,00. Logo em seguida encontramos 19% do total que recebem na faixa de R\$ 1,00 -100,00; 17% recebem entre R\$ 200,00 – 300,00; 13% recebem entre R\$ 300,00-400,00; e 2% recebem mais de R\$ 400,00. O valor médio recebido pelas famílias é R\$ 175,79, sendo que 141 famílias (59%) estão acima da média e 96 famílias (41%) se encontram abaixo da média. Os dados apresentados mostram que, segundo o MDS (2015), a maioria das famílias se enquadra na linha de pobreza extrema, as quais apresentam a renda *per capita* de até R\$ 77,00.

Com o repasse mensal dos benefícios do PBF, realizado pelo MDS, algumas famílias sem nenhuma renda passaram a recebê-lo. No gráfico a seguir, o nível de renda com maior representatividade (após o PBF) é o que fica entre R\$ 200,00 – 400,00, correspondendo 31% do total das famílias pesquisadas.

Gráfico 26 – Nível de renda das famílias – com o valor do benefício do Bolsa Família (em R\$) - Umarizal/RN (2016).

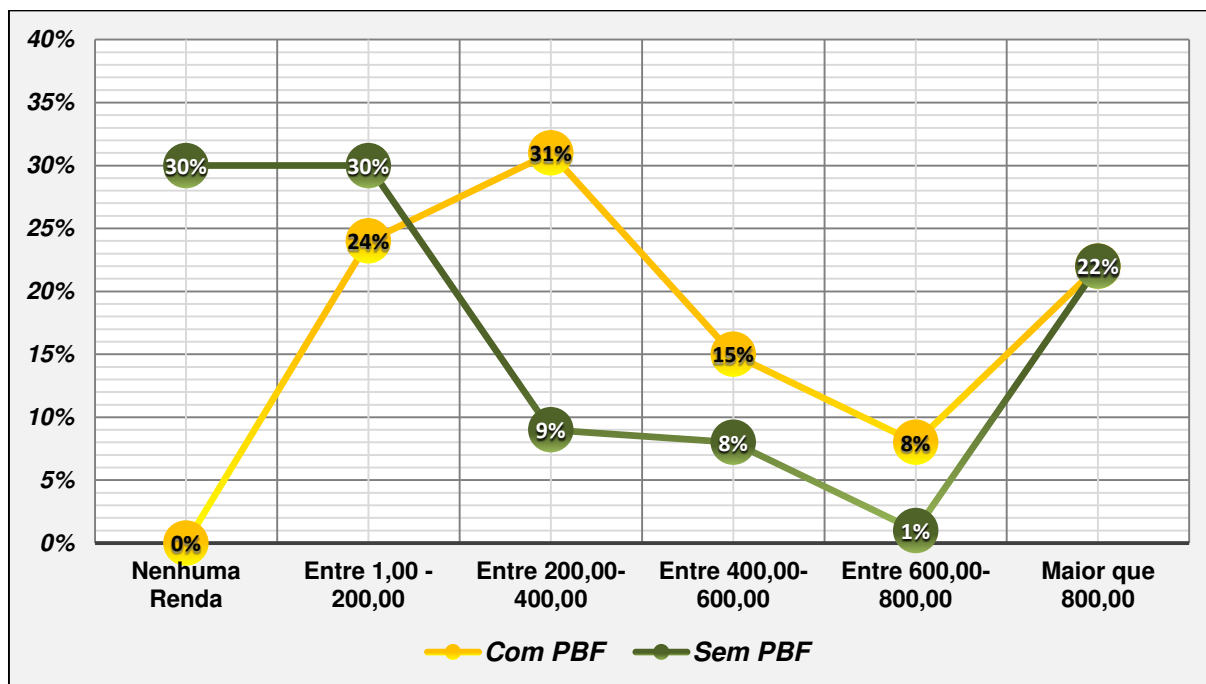


Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

Houve uma evolução da renda familiar promovida pelo PBF, onde é possível observar, como aponta Ortega (2007), que os programas de transferência de renda direta promovem a redução dos domicílios sem renda, e isto é observado no gráfico 26, acima. Como defende Alves (2008), os repasses do benefício contribuem para melhorar a renda das famílias beneficiadas, já que em sua maioria se encontram em uma situação econômica de mera subsistência.

Avaliados os níveis de renda, sem o valor do benefício do PBF, e somando esse valor a outras fontes de rendas, cabe agora fazer um comparativo do nível de renda com PBF e sem PBF, que será demonstrado no gráfico 27.

Gráfico 27 – Nível de renda das famílias beneficiadas – com PBF x sem PBF (em R\$) – Umarizal/RN (2016).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

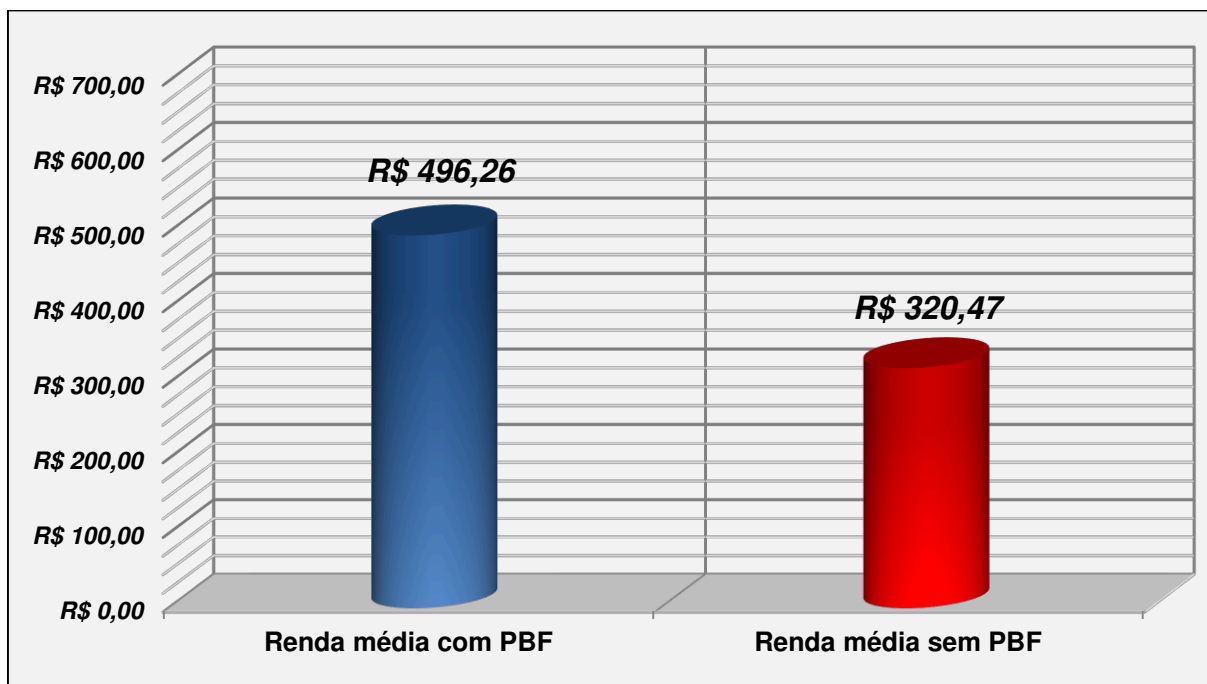
As oscilações das curvas no gráfico 27 incidem, devido à ocorrência de transferências de famílias entre as faixas de renda. Percebe-se que as famílias sem o recebimento do benefício se encontravam numa faixa, e com o recebimento do PBF foram deslocadas para outra faixa de renda, possibilitando um aumento de 22% na faixa entre R\$ 200,00 - 400,00.

Essa transferência de famílias de classes inferiores para classes superiores mostra o impacto do PBF na composição da renda das famílias beneficiadas, uma vez que a renda média das famílias sem PBF é de R\$ 320,47, e com a inclusão do Bolsa Família em sua composição, a renda média sofre um aumento médio de aproximadamente 54,85%. Assim, a renda média das famílias com o PBF passa a ser de R\$ 496,26, sendo que 87 famílias (37%) estão acima da renda média, enquanto 149 (63%) estão abaixo.

Outro fator importante é que o BPF proporcionou uma redução de 30% no número de domicílios sem renda, o que enfatiza a importância desse benefício frente à renda das famílias beneficiadas em Umarizal, possibilitando às mesmas, condições econômicas melhores para sua sustentabilidade. Diante dessas constatações, é

possível salientar que o PBF, certamente, possibilita impactos socioeconômicos positivos sobre as famílias umarizalenses, como mostra o gráfico 28, a seguir:

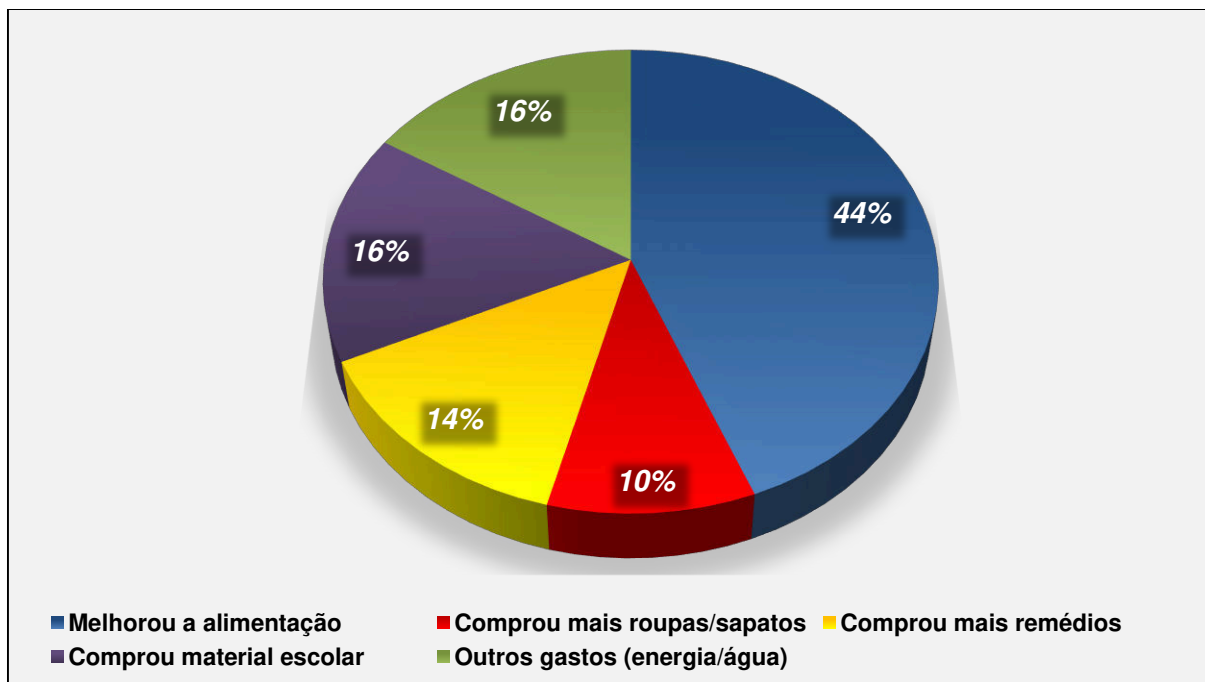
Gráfico 28 – Renda média das Famílias (em R\$) - com PBF e sem PBF - Umarizal/RN (2016).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

Outro aspecto avaliado, foi a verificação do consumo das famílias beneficiadas, buscando descobrir de que forma é distribuído o recurso oriundo do Bolsa Família dentro do consumo da unidade familiar.

Gráfico 29 – Consumo das famílias beneficiadas pelo PBF - Umarizal/RN (2016).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Autor.

O gráfico 29 representa o consumo das famílias após terem ingressado no PBF. 44% do total melhoraram a alimentação, 16% compraram mais materiais escolares, 16% utilizaram o valor do benefício para outros gastos, em sua maioria pagamento de água e/ou luz, sendo estes os números de maior significância.

Como o BF é um programa de transferência de renda condicionada que englobou outros programas anteriores mantendo algumas características dos mesmos, é observável que o percentual de 16% de compra de material escolar é fruto da cultura do antigo Bolsa-Escola, hoje englobado dentro do PBF. Outro fato é que o PBF defende a segurança alimentar, ao ponto que transfere recursos para as famílias, reduzindo o estado de pobreza, possibilitando uma alimentação satisfatória, como se refere Ortega (2007), o qual defende 44% de melhora da alimentação por parte das famílias beneficiadas pelo PBF.

Em linhas gerais, quanto à situação econômica das famílias pesquisadas, 46% disseram se encontrar em uma situação confortável; enquanto 54% se encontram em uma situação não confortável. Muito embora ocorram insuficiências econômicas em algumas famílias, quanto à alimentação, 97% das famílias fazem 3 ou mais refeições diárias. Assim, como Takagi (2006) menciona o PBF não pode ser reduzido a um programa de transferência de renda à população carente, mas ser

considerado um programa conjunto, universal, que possibilita a toda a população garantia ao acesso à alimentação de qualidade.

Quanto às opiniões sobre o programa, 97% do total das famílias dizem estar satisfeitas com a atuação do programa no município, havendo apenas 3% de rejeição. Nesta mesma ótica, 95% das famílias disseram que o PBF proporcionou um impacto positivo, 2% impacto negativo, e 4% disseram que ele não trouxe nenhum impacto para a família.

7 CONCLUSÃO

Diante dos desafios gerados ao longo dos anos, o Brasil apresenta uma conjuntura de má distribuição de renda e pobreza no cenário nacional. Contudo, em meados da década de 90 foi observada a necessidade de promover políticas públicas de promoção do desenvolvimento social e econômico, principalmente na viabilidade do combate à fome e à miséria.

Desta forma, programas de transferência direta de renda transformam-se em instrumentos valiosos, com implicações econômicas e sociais, no enfrentamento da pobreza no Brasil. Neste sentido, o Programa Bolsa família, criado em 2003, tem ganhado espaço e gerado efeitos relevantes sobre os índices sociais. A gerência do PBF tem possibilitado impactos econômicos sobre o país, contribuindo para a redução da miséria e promovendo a emancipação socioeconômica de várias famílias.

Diante de sua importância no cenário nacional, o PBF torna-se objeto de estudo para os diversos ramos do conhecimento. Assim, se fez necessária uma análise, entre os objetivos do PBF, e dos impactos socioeconômicos promovidos nas famílias beneficiadas em Umarizal/RN.

Dentro do estudo realizado no município de Umarizal/RN, através de pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas junto às famílias beneficiadas pelo programa, juntamente com apoio e fundamentação teórica de autores que trabalham com a mesma temática, destaca-se alguns aspectos e pontos determinantes da pesquisa, tais com: Escolaridade, situação no mercado de trabalho, renda e consumo das famílias beneficiárias.

Pode-se observar mediante o estudo, que 68% dos responsáveis legais da família possuem somente o ensino fundamental, onde também existe uma representação significativa de analfabetos e daqueles que sabem somente ler e/ou escrever, com respectivamente 6% e 2%. Paralelamente a isso constata-se também que 69% dos representantes familiares pesquisados se encontram sem trabalho. Junto a isso também temos uma média de 3,36 pessoas por domicílio com uma média de 0,4 pessoas trabalhando. Por consequência, a junção de uma baixa escolaridade e a presença relativa de desemprego dentro da família, acaba por gerar um quadro preocupante socialmente.

No que diz respeito à escolaridade das crianças/adolescente e jovens, observou-se dados importantes como, uma evolução na frequência escolar, onde 16%

das famílias pesquisadas informaram que as frequências escolares dos seus filhos melhoraram após o ingresso no Programa Bolsa Família.

Outro fator importante que foi observado é que a renda média das famílias pesquisadas é de R\$ 320,47, sem a presença do PBF, o que representa uma quantia baixa em relação à quantidade média de pessoas residentes no domicílio. Esta situação promove a necessidade de recursos do PBF, onde a média de valor dos benefícios transferidos por domicílio pesquisado é R\$ 175,79. Com a incidência do PBF na família, a renda da mesma sofre um aumento de aproximadamente 54,85%, passando a ter uma renda média de R\$ 496,26. Dessa forma, o programa proporcionou uma evolução na renda familiar, proporcionando uma redução de 30% no número de domicílios sem renda.

Quanto à questão do consumo, a maior parte das famílias pesquisadas obteve um aumento nos gastos com alimentação. Em torno de 44% melhoraram a alimentação com o ingresso no PBF, enquanto 16% compraram mais material escolar.

No que diz respeito aos objetivos do trabalho, pode-se dizer que foram cumpridos. Os resultados expostos comprovam de forma objetiva o cumprimento dos mesmos.

Portanto, do que foi exposto, consideramos que o PBF é um programa universal complexo que viabiliza melhores condições socioeconômicas às famílias pobres no país. Dentro do município de Umarizal, o mesmo promoveu um aumento significativo no nível de renda das famílias beneficiadas, proporcionando uma melhoria nas condições de vida, ao se constatar 97% de satisfação na atuação do programa no município.

Contudo, o PBF, sem a integração de outras políticas que atendam às necessidades básicas da população e que forneçam bens e serviços públicos de qualidade, não poderá por si só solucionar os problemas sociais advindos da pobreza.

Para uma melhor atuação do programa é necessário a formulação de ações coletivas de geração de renda e emprego, criando mecanismos capazes de viabilizar um crescimento autossustentado, que possibilite a verdadeira emancipação socioeconômica defendida pelo programa, com isso proporcionando a construção da cidadania e o fortalecimento da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. S. **O Programa Bolsa Família: Seus efeitos econômicos e sociais na região Nordeste do Brasil**. Brasília, 2008. Disponível em <<http://www.undp-pourtycentre.org/publications/mds/26m.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2016.

ARRETCHE, M. T. **Emergência e desenvolvimento do *welfare state*: Teorias explicativas**. BIB, Rio de Janeiro, n.39, 1995.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Guia de Atuação das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família**. 1 ed. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Manual de Gestão de Condicionalidades**. 1 ed. Brasília, 2006.

_____. Decreto-Lei nº 4102, de 24 de janeiro de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao Auxílio gás. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4102.htm>. Acesso em 10 janeiro. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 8232, de 30 de abril de 2014. Regulamenta o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7492, de 02 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 de maio de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4102.htm>. Acesso em 10 janeiro. 2016.

_____. Lei nº 10219, de 11 de abril de 2001. Cria o Programa de Renda Mínima vinculada à educação – Bolsa Escola, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 abr. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10219.htm>. Acesso em 10 janeiro. 2016.

_____. Lei nº 10689, de 13 de junho de 2003. Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2003. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.689.htm>. Acesso em 10 janeiro. 2016.

_____. Lei nº 10836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L10.836.htm>. Acesso em 10 janeiro. 2016.

_____. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 dez. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em 10 janeiro. 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na saúde**. Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.ms.gov.br>>. Acesso em 20 fev. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Data Social 2015**. Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 27 jan. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Caderno informativo sobre o Índice de Gestão Descentralizada do PBF – IGD**. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Caderno informativo sobre o Índice de Gestão Descentralizada do PBF – IGD**. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema de Gestão de Condicionalidades (Sicon/PBF) - 2015**. Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 20 fev. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Manual de Gestão de Benefícios**. 2 ed. Brasília, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Bolsa Família: Transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social**. Brasília, 2015.

BRIGGS, A. The *Welfare State* in historical perspective. **European Journal of Sociology**. Cambridge, 2009.

CADÚNICO. **Cadastramento Único Local**. Umarizal/RN, 2016. Acesso em 20 fev. 2016.

CASTRO, H. C. O. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira**. Brasília, 2019.

CEF – Caixa Econômica Federal. **Sistema de Benefício ao Cidadão – SIBEC**. Disponível em <<http://www.beneficiosociais.caixa.gov.br>>. Acesso em 27 fev. 2016.

COSTA, L. C. da. **Pobreza, Desigualdade e Exclusão Social, In Sociedade e Cidadania: Desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2005.

EMATER/RN – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte. **Programa do Leite**. Disponível em <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/EMATER/DOC/DOC000000000038078.PDF>>. Acesso em 27 Mar. 2016.

FARIA, V. E. Brasil: Compatibilidade entre a estabilização e o resgate da dívida social, **In Pobreza e Política Social**. Cadernos Adenauer, nº 1. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

GARCIA, R. C. **Iniquidade Social no Brasil: Uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento**. IPEA. Brasília, agosto de 2003. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=420>. Acesso em 08 jan. 2016.

GIL, A. C. **Técnica de Pesquisa em economia e elaboração de monografia**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GODINHO, I. C. **Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais.** IPEA, 2011. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf>>.

Acesso em 08 jan. 2016.

GOMES, F. G. **Conflito Social e *Welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil.** 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a03.pdf>>.

Acesso em 15 jan. 2016.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes.** Rio de Janeiro: Contra ponte, 2006.

HAMASAKI, C. S. **Programa de Garantia de Renda Mínima no Brasil: Análise do impacto das transferências de renda sobre a pobreza.** Recife, 2003.

HENRIQUE, R. (Org). **Desigualdade e Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 mar. 2016.

_____. **Cidades, 2010.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 mar. 2016.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2004.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 jan. 2016.

_____. **Produto Interno Bruto do Municípios, 2013.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 mar. 2016.

_____. **Síntese de indicadores sociais, 2012.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 mar. 2016.

KERSTENETZKY, C. L. **O Estado do bem-estar e o Brasil.** 2012. Disponível em <<http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/ConferenciaUNAM.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2016.

LAVINAS, L. **Combinando compensatório e redistributivo: O desafio das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, 2000.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEDEIROS, M. **Os Ricos e a Formulação de políticas de Combate à Desigualdade e à Pobreza no Brasil**. IPEA. Texto para discussão nº 984, Brasília, outubro de 2003.

MEIRA, J.C; SANTOS, F.F. **Políticas públicas de transferência de renda: uma reflexão sobre o programa Bolsa Família em Itumbiara**. Goiás, 2000. Disponível em <<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1336>>. Acesso em 15 jan. 2016.

MELLO, M. M. **Políticas sociais e Políticas de bem-estar: Algumas considerações**. São Paulo: Interfacehs, 2007. Disponível em <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/142/162>>. Acesso em 15 jan. 2016.

MELO, H. P. **Gênero e Pobreza no Brasil**. Cepal/spm. Brasília. 2005.

MELO, S. R. S. **Desigualdade, pobreza e políticas de transferência de Renda no Brasil**. 2013. Disponível em <<http://www.eumed.net/rev/oidles/15/transferencia-renda.html>>. Acesso em 15 jan. 2016.

MESQUITA, A. A; FREITAS, R. C. S. **Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão**. O social em Questão, 2013. Disponível em <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Mesquita_Freitas_10.pdf>. Acesso em 10 jan. 2016.

OLIVEIRA, D. B. O; ZABOT, U. C; SCHNEIDER, Y. F. **Eficiência dos programas de transferências de renda e o desenvolvimento sócio econômico regional**. 2009.

ORTEGA, A. C. (Org.). **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. Campinas: Alínea, 2007.

PEET. R. **Desigualdade e Pobreza: Uma teoria geográfico-marxista**. 1975. Disponível em <<http://www.pm.al.gov.br/bpa/publicações/desigaldade.pdf>> Acesso em 15 jan. 2016.

PORTAL BRASIL. **Superação da extrema pobreza é acompanhada de inclusão produtiva.** 2016. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/superacao-da-extrema-pobreza-e-acompanhada-de-inclusao-produtiva>>. Acesso em 23 jan. 2016.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

RANGEL, F. A. F. **Análise do Programa Bolsa Família e seus impactos.** Curitiba, 2012.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIVA, M. **O estado de Bem-Estar social no Brasil e suas instituições.** Porto Alegre, 2012.

ROCHA, S. **O declínio recente da pobreza e os programas de transferência de renda.** 2019. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/fest6_sonia.pdf> Acesso em 12 jan. 2016.

ROSSETI, J. P. **Política E Programação Econômica,** 7ª edição, São Paulo, Atlas, 1987.

ROUANET, S. P. **Mal-Estar na Modernidade.** São Paulo: Companhia de Letras, 1993.

RUSCHEINSKY, A. MENDIZÁBAL, D. M. Política social, paradigma de bem-estar e prática política: análise comparativa de programas de transferência condicionadas. Santa Catarina: **Revista Katál,** 2013.

SANTANA, J.A. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família.** 2007. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/seminariopopulacaopobrezadesigualdade2007/docs/semppob07_1019.pdf> Acesso em 10 jan. 2016.

SILVA, C. F. e SOUSA JUNIOR, A. S. **Pobreza e desigualdade no Brasil: Uma análise da contradição capitalista.** 2012. Disponível em

<http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0692_ed.pdf> Acesso em 16 jan. 2016.

SOARES, J. T. **Planejamento e administração no Brasil**. Fortaleza: edições UFC, 1985.

TAKAGI, M. **O programa fome zero depois de dois anos**. São Paulo, 2006

TOMAZI, N. D. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual: 1993.

VIDIGAL, C. B.R.; KASSOUF, A.L; VIDIGAL, V.G. Bem-estar econômico: A Aplicação de indicador sintético para os estados brasileiros. **XIV Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC/SUL**. *Anais...* Paraná, 2011.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

WWP – World Without Poverty (Mundo sem Pobreza). **Descumprimentos das condicionalidades do Programa Bolsa Família**. 2015c.. Disponível em <https://wwp.org.br/sites/default/files/2%20CONDICIONALIDADE_DO_PROGRAMA_BOLSA_FAMILIA_DESCUMPRIMENTO%20-%20Portugu%25EAs.pdf>. Acesso em 10 fev. 2016.

WWP – World Without Poverty (Mundo sem Pobreza). **Resultados e Impactos das Condicionalidades do Bolsa Família na Educação**. 2015a.. Disponível em <https://wwp.org.br/sites/default/files/3%20CONDICIONALIDADES_DO_PROGRAMA_BOLSA_FAMILIA_RESULTADOS_EDUCACAO%20-%20Portugu%25EAs.pdf>. Acesso em 10 fev. 2016.

WWP – World Without Poverty (Mundo sem Pobreza). **Resultados e Impactos das Condicionalidades do Bolsa Família na saúde**. 2015b.. Disponível em <https://wwp.org.br/sites/default/files/4%20CONDICIONALIDADES_DO_PROGRAMA_BOLSA_FAMILIA_RESULTADOS_SA%25DADE%20-%20Portugu%25EAs.pdf>. Acesso em 10 fev. 2016.

XIMENES. D. **Resultados, avanços e desafios das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família**. Cadernos de Estudos, Brasília/DF: MDS, 2014.

YASBEH, M. C. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras, In São Paulo Perspectiva** [online]. 2004, vol.18, n.2, pp. 104-112. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a11v18n2.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2016.

APÊNDICE I

ENTREVISTA ESTRUTURADA APLICADA ÀS FAMÍLIAS BENEFICIADAS EM UMARIZAL/RN

1. PERFIL GERAL DA FAMÍLIA

1.1. Grau de estudo do representante da família?

- | | |
|---|--|
| ☐ Fundamental Completo | ☐ Superior Completo |
| ☐ Fundamental Incompleto | ☐ Superior Incompleto |
| ☐ Médio Completo | ☐ Analfabeto |
| ☐ Médio Incompleto | ☐ Sabe ler/escrever |

1.2. Qual é a situação do responsável no mercado de trabalho?

- | | |
|---------------------------------------|---|
| ☐ Informal | ☐ Aposentado/pensionista |
| ☐ Não trabalha | ☐ Autônomo |
| ☐ Assalariado | |

1.3. O domicílio que reside a família é:

- ☐ Próprio ☐ Alugado ☐ Cedido ☐ Outros

1.4. Domicílio possui serviços básicos de água e/ou energia elétrica instalada?

- ☐ Sim ☐ Não

1.5. Quantas pessoas residem no domicílio?

[_____] Pessoas

1.6. Quantos membros da família estão trabalhando?

[_____] Pessoas

1.7. Quantas pessoas são aposentado-pensionistas?

[_____] Pessoas

1.8. Quantos filhos dependentes da renda?

[_____] Pessoas

1.9. Qual a renda mensal da família? (Desconsiderando o benefício do PBF): _____

1.10. Existe outro tipo de renda?

- ☐ Sim ☐ Não

1.10.1. Se sim, qual? _____ 1.10.2. E o valor _____

1.11. Se alguém da família é/ foi beneficiária de outro programa social?

- ☐ Sim ☐ Não

1.11.1. Se sim, qual? _____

1.11.2. Qual o representante familiar?

- ☐ Homem ☐ Mulher ☐ Outro

2. DADOS REFERENTE AO BOLSA FAMÍLIA

2.1. qual o valor recebido mensalmente através do bolsa família? _____

2.2. Quanto tempo recebe o benefício?

[_____] Anos

3. CARACTERÍSTICAS DA SAÚDE FAMILIAR

3.1. Quantas crianças participantes do PBF estão em idade de vacinação?

[_____] Crianças (se for zero pular para 3.3)

3.2. Quantas crianças participantes do PBF estão em dia com a vacinação?

[_____] Crianças

3.3. Existem quantas gestantes participantes do PBF no domicílio?

[_____] Pessoas (se for zero pular para 3.5)

3.4. Quantas gestantes estão em dia com o pré-natal?

[_____] Pessoas

3.5. As condições de saúde no domicílio após entrar no PBF:

☐ Melhoraram

☐ Pioraram

☐ Igual

4. DADOS ESCOLARES – DEPENDENTES

4.1. Quantas crianças/adolescentes estão inscritas no PBF?

[_____] Pessoas (se for zero pular para o ponto 5)

4.2. Qual é a faixa etária das crianças/adolescente inscritas no programa?

☐ de 0 – 5 anos

☐ de 10 – 15 anos

☐ de 5 – 10 anos

☐ de 15 – 22 anos

4.3. Qual é o grau de estudo da criança/adolescente participante do programa?
(Considerar até 2 respostas)

☐ Fundamental Completo

☐ Superior Completo

☐ Fundamental Incompleto

☐ Superior Incompleto

☐ Médio Completo

☐ Analfabeto

☐ Médio Incompleto

☐ Creche/Jardim

4.4. A frequência escolar das crianças/adolescentes após entrar no programa:

☐ Melhorou

☐ Não mudou

☐ Não mudou – já era ótima

☐ Piorou – Motivo _____

5. INFORMAÇÕES GERAIS DA FAMÍLIA

5.1. Desde que o (a) senhor (a) passou a receber o bolsa família, o que sua família fez?
(Considerar até 2 respostas)

☐ Melhorou a alimentação

☐ Melhorou a moradia

☐ Comprou mais roupas/sapatos

☐ Comprou material Escolar

☐ Comprou mais remédios

☐ Comprou eletrodomésticos/moveis

☐ Aumentou os gastos com lazer

☐ Outros gastos (energia/água)

5.2. Os membros de sua família fazem três ou mais refeições diárias?

☐ Sim

☐ Não

5.3. Quanto a sua situação econômica atual, considera confortável?

☐ Sim

☐ Não

5.4. O (a) senhor (a) está satisfeito (a) com PBF?

☐ Sim

☐ Não

5.5. Na opinião do senhor(a) que tipo de impacto o PBF teve na sua família?

☐ Positivo

☐ Negativo

☐ Nenhuma modificação